

Editorial

SERENIDADE E FIRMEZA PARA DEFENDER A REVOLUÇÃO

O PCP tem numerosas vezes chamado a atenção para o carácter generalizado da crise em que o País se debate. Crise política, económica, social e ideológica.

Para a defesa da nossa jovem democracia e das suas conquistas fundamentais importa que a uma consideração global da crise correspondam soluções globais que permitam superá-la no prazo mais breve possível e com o mínimo sofrimento possível para as camadas mais amplas do nosso povo, em primeiro lugar para as classes trabalhadoras da cidade e do campo.

Uma solução global não significa, para o PCP, a concepção idealista de que tudo se vai resolver ao mesmo tempo, depressa e sem sobressaltos. Não significa, também, que pretenda impor aos outros as suas soluções, o seu programa, as suas ideias.

Isto quer dizer que a solução global da crise tem de ter em conta o seu carácter diverso e por outro lado têm de resultar do diálogo e de um largo entendimento entre todas as forças interessadas em defender a revolução e as suas conquistas.

Depois dos acontecimentos de Novembro último a correlação de forças alterou-se, as estruturas do poder sofreram modificações significativas, a crise complicou-se ainda mais.

As razões que antes de Novembro militavam a favor de uma solução política, negociada, uma solução que exclua o confronto violento, tornaram-se agora mais imperativas.

Todos aqueles que independentemente das suas diferentes concepções acerca do Socialismo e dos ritmos da revolução têm uma clara noção dos perigos reais que ameaçam a democracia portuguesa podem e devem entender-se para a defesa das suas conquistas essenciais e para a busca de uma solução política, negociada, não violenta, para a crise.

///

O político, o económico, o social, o ideológico são aspectos diversos mas interpenetram-se, não são compartimentos estanques, na conside-

(Continua na pág. 2)



COMÍCIO COMEMORATIVO DA FUGA DE PENICHE

No grande comício do PCP, em Peniche, o nosso camarada Álvaro Cunhal analisou os aspectos mais relevantes da realidade nacional e pôs em destaque as posições a defender para a salvaguarda do processo democrático na via do Socialismo.



- Militão Ribeiro morreu há 26 anos — Pág. 3
- A UEC analisa a situação do ensino — Pág. 8
- Grandes vitórias do Povo angolano — Pág. 9
- Solidariedade com Portugal
- Plenário da Intersindical — Pág. 5
- Cooperação económica luso-romena — Pág. 10
- Trabalhadores contra as medidas económicas antipopulares — Pág. 5

O PCP E AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES

1. A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português apreciou as instruções sobre matéria eleitoral da reunião do Conselho de Ministros de 23.12.75, designadamente, a recomendação de que as eleições para a Assembleia Legislativa devam ter lugar até 25 de Abril de 1976 e a decisão de actualizar o recenseamento efectuado para a Assembleia Constituinte, em vez de realizar um novo recenseamento.

O PCP pronuncia-se, sem equívocos, por um regime democrático escolhido pelo próprio povo, é a favor da institucionalização dos órgãos representativos do Estado democrático, e defende, consequentemente, a eleição tão pronta quanto possível, de uma Assembleia dos Deputados que desempenhe o fundamental da competência legislativa e discuta, controle e fiscalize os actos do governo.

Mas o PCP sublinha, uma vez mais, que a primeira condição para que as elei-

ções dos órgãos de soberania sejam livres, genuínas e honestas, é a garantia das liberdades democráticas e do exercício do direito dos cidadãos em todo o território nacional. Ninguém ignora que esta condição não se encontra preenchida em vastas regiões do país.

O PCP não pode deixar de estranhar que o governo decida, em princípio, convocar eleições gerais dentro de poucos meses e disponha acerca dos seus trabalhos preparatórios, como a actualização do recenseamento, sem fazer a mais ligeira referência a situações antidemocráticas, reinantes em vastas zonas que impedem de direito ou de facto, o exercício da actividade do PCP e de outros partidos democráticos.

2. Em face desta omissão o PCP considera necessário chamar firmemente a atenção, uma vez mais, para a situação existentes nos Açores onde por ordem das autoridades militares locais foram suspensas as actividades e encerrados os

Centros de Trabalho do PCP e de outros partidos democráticos e obrigados, pela força, a partir para o Continente os mais destacados militantes comunistas e outros destacados antifascistas.

O PCP não pode deixar de sublinhar a gravidade das situações de coacção e violência reaccionária existentes, também, na Madeira, em distritos como Viçeu, Guarda, Bragança, Braga, Leiria e outras regiões do país onde a actividade política da organização de esquerda está praticamente impedida sem que as autoridades civis e militares intervenham para modificar a situação.

O PCP reclama do governo e das autoridades medidas urgentes que revoguem a situação antidemocrática estabelecida nos Açores e em todas as regiões onde as liberdades foram de facto suprimidas. Se estas medidas não são rapidamente adoptadas não haverá eleições livres e nem sequer a garantia de uma

actualização honesta do recenseamento.

3. Ao optar pela actualização do recenseamento elaborado para a eleição da Assembleia Constituinte, tem o governo a intenção de acelerar as eleições para a Assembleia Legislativa.

Esta decisão, que envolve centenas de milhares de novos eleitores, comporta, porém, na opinião dos próprios técnicos do MAI, a possibilidade, dificilmente evitável, de permitir «grasseiras fraudes e duplicações».

A par das medidas para garantir as condições de liberdade, o exercício dos direitos dos cidadãos, a tranquilidade e a confiança pública, a realização de uma actualização honesta do recenseamento, primeiro acto das próximas eleições para a Legislativa, exige firmes disposições que assegurem, sem qualquer coacção, uma eficaz fiscalização por parte de todos os partidos políticos e dos cidadãos em geral.

4. Ao contrário do que afirmam as calúnias da reacção e dos partidos de direita, o PCP não teme as eleições. Tem confiança no povo português, respeita e respeitará, em cada caso, a expressão da sua vontade.

Ponha-se fim à coacção e às actividades terroristas das forças reaccionárias naquelas regiões onde nunca perderam ou já recuperaram a possibilidade de oprimir o povo trabalhador das cidades e dos campos, garantam-se as liberdades democráticas em todo o país e o voto popular confirmará certamente que muito amplas massas reconhecem no PCP o seu melhor defensor, o melhor defensor das liberdades e das outras conquistas da revolução, o grande partido de esquerda, o partido mais firme, dedicado e consequente na construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo. 6 de Janeiro de 1976

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português



1976 COM O PCP

Organizada pelas Edições «Avante!», pela UEC e UJC, a grande Festa de Fim-de-Ano, no Pavilhão da FIL, em Lisboa, foi, no meio da alegria de milhares de pessoas, mais uma prova da unidade e da força do nosso Partido que em todas as ocasiões se manifestam. — Pág. 3.

DELEGAÇÃO SOVIÉTICA ESTUDA EM PORTUGAL RELAÇÕES ECONÓMICAS

Uma delegação económica soviética, chefiada pelo vice-ministro do Comércio Externo da União Soviética, deslocou-se ao nosso país a fim de estudar a concretização de relações económicas mais intensas, tendo em vista, sobretudo, a aquisição, por parte da URSS, de produtos portugueses. — Pág. 9



MILITÃO MORREU HÁ 26 ANOS

Militão Bessa Ribeiro não morreu em vão. Saibamos seguir o seu exemplo de dedicação sem limites à causa do nosso Partido e do nosso Povo

Há 26 anos, a 3 de Janeiro de 1950, os assassinos ao serviço da ditadura fascista matavam um grande patriota, destacado militante do Partido Comunista Português. Depois de uma lenta agonia, provocada pelos brutais espancamentos a que foi sujeito e pelo criminoso regime de isolamento a que foi votado, o coração do nosso querido camarada Militão Bessa Ribeiro (António) deixou de pulsar. O fascismo perpetrava mais um hediondo crime.

A edição do órgão central do nosso Partido dessa altura afirmava, referindo-se ao rude golpe infligido pelo inimigo nas fileiras do partido do proletariado:

«Militão Ribeiro morreu à míngua de tratamento, nas masmorras salazaristas! Nem os espancamentos, nem a longa incomunicabilidade, nem a certeza da morte, por falta de tratamento, puderam fazer vacilar um momento que fosse o operário fiel à sua classe e à grande causa do Comunismo, que desde os seus 15 anos lutava heroicamente em defesa dos trabalhadores! Militão morreu como morrem os bolcheviques: fiel ao proletariado e ao seu Partido! Morreu como morrem os heróis!».

Operário têxtil, membro do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português, Militão Bessa Ribeiro foi preso a 25 de Março de 1949, junta-

mente com o camarada Álvaro Cunhal. A sua prisão representou um duro golpe para o exército do proletariado, mas não vergou a firmeza, o valor combativo e a dedicação sem limites dos comunistas e do seu partido de vanguarda à causa da luta do povo português pelo pão, pela paz e pela independência.

SERVIR O POVO, MORRER PELO POVO

Militão Bessa Ribeiro dedicou toda a sua vida à causa dos trabalhadores e

do povo português. Durante longos anos membro da direcção do nosso Partido, várias vezes conheceu as masmorras da ditadura salazarista, onde manteve sempre um porte digno e firme, recusando-se, em qualquer momento, a prestar ao inimigo quaisquer tipo de informações.

Militão foi preso pela primeira vez em 1934 e conheceu praticamente todos os cárceres fascistas. Esteve seis anos preso, 4 dos quais no Campo da Morte Lenta, no Tarrafal. Libertado, foi novamente preso em 1943

e de novo enviado para o Tarrafal, onde permaneceu até 1945.

A carta escrita por Militão, que junto transcrevemos, pouco tempo antes de morrer mas já quando se avizinhava o desenlace fatal, é uma comovente demonstração da dedicação sem limites que este filho querido da classe operária votava ao seu Partido e ao seu povo.

Depois de escrever a longa e lenta agonia a que os torcionários o sujeitaram, e que constitui um violento libelo de acusação ao fascismo, Militão Bessa Ribeiro afirma:

«Tenho sofrido o que um ser humano pode sofrer. Mas com todo este sofrimento nunca deixei de ter fé na nossa causa! Sei que venceremos contra todos estes crimes; estou certo que o povo saberá fazer justiça.»

Militão Bessa Ribeiro ofereceu a sua vida à causa do nosso Partido e do nosso Povo. Por eles, encontrou uma morte horrível e cheia de sofrimentos. Mas Militão permanece vivo na memória do Partido e do Povo. Agora, decorridos 26 anos, inclinamos as nossas bandeiras rubras em sua memória e, levantando bem alto o punho cerrado, afirmamos: Militão, querido camarada, não morreste em vão. A causa pela qual deste a vida é a nossa causa. Sabemos honrá-la como tu a honras-te!



NO FIM DE ANO COM O PCP

A grande festa de fim de ano do nosso Partido realizada na FIL e organizada pelas Edições «Avante!», com o apoio da UJC e da UEC, constituiu um enorme êxito

Os últimos minutos de 1975, no Pavilhão da FIL em Lisboa, foram intensamente vividos por mais de 10 mil pessoas, comunistas e não comunistas, na grande festa de fim-de-ano organizada pelas Edições «Avante!», com a colaboração da UJC e também da UEC. Milhares de vozes, milhares de punhos saudaram o fim de ano de luta entrando em 1976 dispostos a defender a Revolução, a alargar a unidade, a fortalecer o Partido.

Depois dos milhares de presentes terem saudado efusivamente a entrada no Novo Ano, o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, subiu ao palco e, entre cinco dezenas de bandeiras vermelhas empunhadas, na sua maior parte, pelos artistas que participavam no espectáculo, saudou os presentes, saudou a classe operária e as massas trabalhadoras, saudou os comunistas e todos os antifascistas.

Na sua breve intervenção, o secretário-geral do nosso Partido referiu-se às grandes tarefas que nos aguardam neste novo ano de luta. Ao fundo, um grande pano vermelho tinha inscritas as palavras de ordem que todos os comunistas devem fazer suas: *Defender a Revolução, Alargar a Unidade, Fortalecer o Partido*.

A grande festa de fim de ano, levando à FIL quase quinze mil pessoas foi mais uma prova da extraordinária vitalidade do nosso Partido.

DEZ MIL PESSOAS...

Pouco passava das 20 horas e já numerosas pessoas se dirigiam para a FIL, a fim de festejar a passagem de ano em família, isto é, com os seus camaradas comunistas, com os seus camaradas trabalhadores. A música já ressoava pelo enorme pavilhão que, bem depressa, se viu completamente cheio de gente.

No palco, e a partir das 22.30, realizou-se um grande espectáculo de fim de ano. Amadores e profissionais, comunistas e amigos do nosso Partido, durante várias horas, desfilaram pelo palco.

O espectáculo foi apresentado pela camarada Edite Sombregreiro, a qual, após ter lido uma saudação de Ano Novo da DORL do PCP, apresentou imediatamente um numeroso grupo de jovens cantores amadores, ligados a várias organizações da União da Juventude Comunista.

Depois, um pequeno intervalo foi pretexto para um animado leilão. Objectos oferecidos por numerosos camaradas, alguns quadros e, inclusivamente, objectos de artesanato soviético, oferecidos pela embaixada da URSS no nosso País. Um objectivo: angariar fundos para o PCP.

Depois do leilão, no palco, Fernando Farinha, o popular fadista que também quis estar presente

nesta festa dos comunistas para toda a gente. Três fados, muitos aplausos e era a meia-noite que se aproximava.

...À MEIA-NOITE COM O PCP...

«PCP! PCP! PCP!» foi o grito com que os milhares de presentes enfrentaram o novo ano que já vivemos. Ainda faltavam largos minutos para o fim do ano e já, de inúmeras bocas saía espontaneamente a confiança gritada na vanguarda revolucionária do Povo Português - o PCP.

Por entre gritos de «PCP» e «Avante, avante, rumo ao socialis-

de 1975. Entusiasticamente saudado, o secretário-geral do nosso Partido ainda se manteve no recinto, confraternizando com os presentes durante largas horas.

...E ATÉ DE MADRUGADA

O espectáculo começou - se é que alguma vez foi interrompido! Cantou Samuel, actuou o ilusionista Zark, actuaram os palhaços Pipocas, Larocas e Mimocas (que eram três conhecidos actores de teatro e militantes do Partido - Helena Isabel, Henriqueta Maya e Morais e Castro).

Depois, colectivamente, canta-

FESTA NA COVA DA PIEDADE

Promovida pela Comissão Pró-Novo Centro de Trabalho do PCP de Almada, realizou-se na Cova da Piedade um convívio de passagem de ano, que decorreu com grande animação.

Após as barulhentas comemorações do nascer do novo ano, usaram da palavra os camaradas Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, e Francisco Miguel, do CC do

SESSÃO DE ESCLARECIMENTO

Amanhã, sexta-feira, às 21 e 30, no salão da Voz do Operário, realiza-se uma sessão de esclarecimento do Partido Comunista Português. Estará presente o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso partido.

O PCP e a Luta pela Reforma Agrária

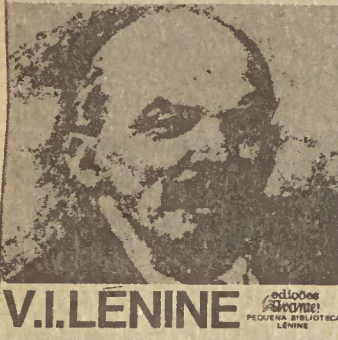


CADERNOS DO PCP

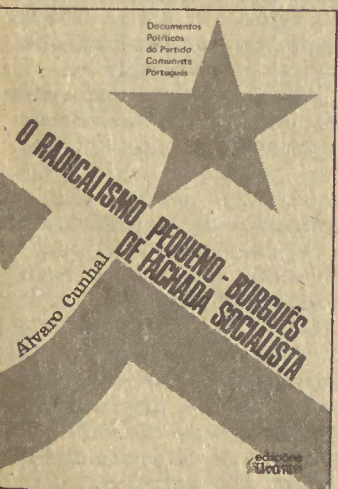
Colecção: Cadernos do PCP
Código: 03.07
Preço: 40.00

PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO

(A IMPORTÂNCIA MUNDIAL DO BOLCHEVISMO)



V. I. LENINE
Pequena Biblioteca Lenine
Código: 11.01
Preço: 40.00



ÁLVARO CUNHAL
Documentos Políticos do PCP
Código: 01.02
Preço: 40.00

AS ÚLTIMAS PALAVRAS DE MILITÃO: «AVANTE ATÉ À VITÓRIA FINAL!»

Lentamente assassinado pelos inimigos do povo português, Militão Bessa Ribeiro não abandonou o seu partido nem na dolorosa agonia que precedeu a sua morte. A carta que este nosso querido camarada escreveu pouco tempo antes de morrer fala mais do que qualquer palavra. Da sua cela sem luz e sem ar da Penitenciária de Lisboa chegou-nos a sua última palavra, a sua derradeira prova de dedicação ao partido da classe operária.

Escrevo estas linhas nos meus últimos dias de vida... O meu assassinato começou no Porto com a falta de dieta e medicamentos para o fígado. Tive duas intoxicações nos 46 dias que lá estive; a segunda com febre elevadíssima... O tratamento médico que me aplicaram foi cálcio e vitaminas, com uma série de estupefacientes que me paralisaram a acção do fígado e do cérebro... Foi num estado de fraqueza geral que fui transportado para a Penitenciária. Nunca me deram nada para o fígado: o sulfato de magnésia só a muito custo me foi dado. Estive 5 dias sem comer, como protesto... Na Penitenciária, o médico deixou de me ver, e não medicou qualquer coisa; até um clister me foi recusado. Fui obrigado, por este motivo, a deixar de comer, como protesto, e assim estive 15 dias, ao fim dos quais já mal conseguia salivar... Passados alguns dias depois de estar na cela da enfermaria da Penitenciária, no mesmo isolamento, deixei completamente de comer.

Tenho sofrido o que um ser humano pode sofrer. Mas com todo este sofrimento nunca deixei de ter fé na nossa causa! Sei que venceremos contra todos estes crimes; estou certo que o povo saberá fazer justiça.

Na polícia recusei-me a fazer declarações sobre o Partido... Desde sempre mantive a disposição de dar a vida pelo Partido, em todas as circunstâncias, assim como agora a dou numa forma horrível e cheia de sofrimentos. Mesmo já quase um cadáver ainda fui esbofetado por um agente... Dor, insónias, fome, agonia, tudo tenho sofrido nestes sete meses, quase sempre na cama, sem me poder quase mexer.

Tenho confiança que sabereis vencer todos os obstáculos e levar o povo à vitória, mantendo essa disciplina e controle severo de uns sobre os outros, em trabalho colectivo, como vínhamos fazendo e aperfeiçoando... Felizes dos que vêm novos ao Partido e o encontram a trabalhar desta forma. Ele é o grande educador do nosso carácter. Muito teria para dizer mas as forças faltam-me. Fiz tudo o que pude pelo Partido, bem ou mal, foi sempre julgando que fazia o melhor.

Adeus para todos com um abraço fraternal. Longa vida, longa liberdade, boa saúde e bom trabalho. Avante até à vitória final!

MILITÃO

MORREU UM CAMARADA

No passado dia 2 deste mês faleceu, vítima de um acidente, o nosso querido camarada António João Rodrigues Galamba, um jovem operário agrícola de 25 anos de idade.

A morte deste nosso camarada registou-se na localidade de Ficalho, quando o tractor com que lavrava a terra na Herdade Colectiva de Vale-de-Ervanças, se virou após o rebentamento de um dos pneus.

Delegado da comissão de trabalhadores dade a ocupação da referida herdade, este valoroso militante comunista sempre lutou com vigor e determinação pela sociedade justa e pelo fim da exploração nos campos alentejanos. Plenamente integrado no processo revolucionário, este pioneiro da Reforma Agrária em Portugal, é um exemplo do esforço e do sacrifício que, presentemente invade o espírito do proletariado rural que se bate pela justiça e pelo pão.

O nosso Partido associa-se à família e amigos deste nosso camarada nos sentimentos de pesar e dor.

1.ª ASSEMBLEIA PARTIDÁRIA DO CONCELHO DE SINES

Realiza-se no próximo sábado, dia 10, a 1.ª Assembleia Concelhia do nosso Partido em Sines. Objectivos, organização e actividade partidária, na primeira parte, confraternização e convívio, na segunda.

Assim, e porque aliar trabalho com alegria é próprio dos comunistas, o programa será composto de duas fases distintas. Na primeira parte, a partir das 10 horas, realizar-se-á a Assembleia propriamente dita, para a qual estão convidadas todas as Comissões Concelhias do Distrito, a Direcção da Organização Regional de Setúbal (DORS), e ainda todas as organizações democráticas locais, nomeadamente o MDP, MDM, Assembleia Popular, Comissão Administrativa da Câmara, IOS, Sindicatos.

A segunda parte, esta já aberta à participação de toda a população, constará de um almoço de confraternização - cada qual deverá levar o seu farnel -, a que se seguirá uma festa popular no IOS animada com teatro e canto livre, em que participarão camaradas artistas de Lisboa e Setúbal.

A terminar este sábado que promete ser uma bela jornada de trabalho e confraternização, um animado baile.

Este convívio é para todos os habitantes de Sines. A Comissão Concelhia do PCP conta com todos. Não falem!



OS INCIDENTES EM CUSTÓIAS E CAXIAS

1. O começo do ano de 1976 foi marcado por trágicos incidentes junto das cadeias de Custóias e de Caxias. Num caso e noutro, milhares de familiares, amigos, democratas manifestaram a sua solidariedade para com os militares que tiveram relevante papel no 25 de Abril e que foram presos em relação com os acontecimentos do mês de Novembro. Num caso e noutro, forças militares ou militarizadas agrediram violentamente e abriram fogo contra os manifestantes, causando no conjunto três mortos e numerosos feridos, entre os quais uma criança.

O PCP reprovava vivamente esta actuação repressiva, que introduz na vida política portuguesa novos factores de tensões, divisões, conflitos, inquietações e instabilidade.

O PCP requer que seja feito rigoroso inquérito aos acontecimentos e apela aos responsáveis do MFA, das Forças Armadas, para que, a fim de assegurarem as liberdades, a ordem e a tranquilidade pública, sejam dadas ordens estritas de forma a que tais actuações não voltem a repetir-se.

2. Alertando contra o perigo de provocações esquerdistas pseudo-revolucionárias habilmente empurradas pela reacção, alertando em especial contra tais provocações quando dirigidas contra forças militares ou militarizadas, chamando a atenção das massas populares para se não deixarem arrastar pelo radicalismo verbalista nem para formas de luta inadequadas à situação que se vive, o PCP insiste na necessidade imperiosa de ser garantido o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos, incluindo naturalmente os direitos de opinião, de associação, de reunião e de manifestação.

O exercício dos direitos e liberdades pelos cidadãos é em si uma expressão inalienável da ordem democrática. A injustificada e injustificável repressão contra tal exercício é que põe em causa a ordem pública.

3. A grave crise que se atravessa só poderá ser ultrapassada com soluções políticas e não com uma política de repressão.

Pretender impor com a repressão uma viragem à direita contra a vontade das massas populares; pretender impor com a repressão a aplicação duma política económica com aumento vertiginoso dos preços e congelamento de salários fazendo pagar às classes trabalhadoras o peso das dificuldades; pretender impor com a repressão uma orientação que ponha em causa as grandes conquistas da revolução, designadamente as nacionalizações e a reforma agrária, não seria o caminho para a consolidação da democracia, mas o caminho para a instauração duma nova ditadura.

O PCP confia em que as entidades responsáveis do país, militares e civis, impedirão o perigoso desenvolvimento da tendência para tentar resolver por métodos administrativos e repressivos e os graves problemas existentes.

4. O PCP continua a insistir na necessidade do pronto entendimento e na união de esforços de todos quantos queiram impedir o regresso ao passado fascista, assegurar a defesa das liberdades e a construção do novo Portugal democrático.

O PCP continua a insistir na necessidade da diminuição das tensões, de reaproximação e reunificação de sectores e tendências do MFA, para que este continue a ser o garante militar da nossa jovem democracia.

O PCP apela para a unidade de todos os democratas e progressistas, civis e militares, quaisquer que sejam as suas opiniões políticas, a fim de impedir uma maior degradação da situação política. O PCP apela para a firmeza e a serenidade das massas populares em defesa dos seus direitos e liberdades, em defesa da Revolução e das suas conquistas.

A unidade, a combatividade e a confiança no futuro asseguram o triunfo final e definitivo da Revolução Portuguesa, a construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

2 de Janeiro de 1976

A Comissão Política do Comité Central
do Partido Comunista Português

Conforme se assinala na Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP, os incidentes ocorridos junto às prisões de Custóias e de Caxias podem introduzir na vida política portuguesa elementos de perturbação que gravemente afectam a unidade de todas as forças verdadeiramente interessadas na consolidação de um regime democrático em Portugal e na defesa contra a ameaça do fascismo.

Entre as vítimas que os incidentes custaram contam-se três militantes do Partido Comunista Português.

A classe operária perdeu três militantes que à causa da libertação do nosso povo haviam entregue o melhor do seu esforço e da sua consciência.

Perderam-se três vidas num incidente que não serve os interesses do povo, num incidente que deveria ter sido evitado, num incidente que não se pode repetir.

A serenidade, a firmeza e a consciência de que são uma prova os documentos divulgados pelos camaradas que trabalhavam lado a lado dos militantes caídos são um exemplo que é necessário reter, um exemplo que é necessário respeitar.

Comunicado da DORN do PCP

De novo choramos mortos.
De novo correu sangue.
Sangue de crianças, de jovens,
de mulheres, de trabalhadores.
De novo manifestantes desarmados se viram metralhados por forças policiais.

De novo o espanto, a indignação e o sobressalto tomam as pessoas sobre os caminhos para onde vai este nosso país.

O ano de 1976 abriu com a violência sobre manifestantes reunidos à volta de cadeias para exprimir a sua solidariedade a homens que tiveram um papel destacado no 25 de Abril, agora presos em Custóias e Caxias.

Morreram já três homens; podiam ter sido mortos dezenas. É um imperativo moral e político exigir o apuramento imediato de responsabilidades, a localização e o castigo dos responsáveis.

1. As concentrações e manifestações em Custóias têm como causa primeira e evidente a situação e o regime a que estão submetidos militares revolucionários presos posteriormente a 25 de Novembro. Os longos e desumanos isolamentos, as incomunicabilidades ilegalmente mantidas há já mais de 30 dias, gerando nas famílias o mais natural e vivo sobressalto, a proibição — contra os mais elementares direitos — de conferências com os advogados, as condições humilhantes em que as poucas visitas se processaram, as queixas chegadas dos detidos sobre os interrogatórios, os sucessivos boatos de transferência de presos, foram criando um amplo, generoso e justo movimento de apoio e solidariedade humana, de protesto e de luta que culminou entre outras formas, nas concentrações e manifestações de Custóias e de Caxias.

2. As manifestações e concentrações em Custóias assumiram um patente carácter pacífico, legítimo e humano. Desde o dia de Natal que se vinham processando, quase diariamente, concentrações em Custóias, junto à prisão, como modo de exprimir aos revolucionários detidos uma solidariedade calorosa e fraterna, particularmente viva e comovida nesta quadra de tradicional fraternidade.

Não surgiram quaisquer incidentes ou conflitos com as forças para-militares, muito pelo contrário. Ontem, a partir das 16 h, começaram a juntar-se em frente a Custóias milhares e milhares de pessoas, que uma hora mais tarde atingiram uns 20 000! Eram homens e mulheres despreocupados, desarmados, levando consigo os filhos pequenos, jovens e crianças, contentes por irem cumprir um dever de solidariedade, longe de imaginar ou prever a tragédia e a violência que se avizinhavam no primeiro dia deste ano de 1976.

3. Os graves incidentes têm lugar pouco depois das 18 horas quando a manifestação já estava a dispersar.

É evidente que nunca a segurança da cadeia de Custóias foi ou podia ter sido posta em perigo. É evidente que nunca os carcereiros correram ou podiam correr qualquer risco. É evidente que nunca esteve iminente a invasão da cadeia de Custóias, guardada e defendida por forças da GNR, como sempre armadas. O próprio comunicado do governo civil do Porto reconhece-o implicitamente ao descrever o modo como os portões foram fechados e defendida a carrinha com o rancho.

4. Nada pode justificar a abertura do fogo contra milhares de pessoas. Pelos dados disponíveis, depois de terem sido disparados meia dúzia de tiros para o ar, as forças policiais começaram a disparar a meia altura tiros de rajada durante, pelo menos 10 minutos. O facto de uma criança de 3 anos ter ficado com os intestinos perfurados é uma prova dramaticamente elucidativa da altura das rajadas. Foi disparado contra a multidão. Foi disparado a oito.

A alegada hipótese de fugas de detidos não pode, NÃO PODE DE MODO ALGUM, NÃO PODE NUNCA, justificar as mortes, os ferimentos, a violência.

Em Caxias, como em Custóias, muitos elementos militares e policiais exprimiram, duma ou doutra forma, o seu repúdio e a sua discordância pela violência repressiva. E forçoso salientá-lo, sublinhá-lo e saudá-lo particularmente num momento em que as forças da reacção e da provocação aventureira se esforçam por abrir e alargar o fosso entre as forças armadas e as forças populares.

5. A coincidência no tempo dos incidentes em Custóias com os incidentes em Caxias, a semelhança de comportamento das forças policiais, a actuação insistentemente provocatória e conflituosa de elementos disfarçados de antifascistas, obrigam a considerar se não houve uma provocação montada, planeada e organizada.

Pelos dados que dispomos, desde o início da concentração que um grupo reduzido de elementos — alguns identificados como de direita — desenvolvia uma intensa actividade provocatória, servindo-se de uma fraseologia ultra-revolucionária, insensata e conflituosa, ao serviço dos que queriam transformar a manifestação de Custóias numa tragédia. Só à reacção e aos contra-revolucionários podiam aproveitar e interessar as insistentes provocações desenvolvidas por meia dúzia de agitadores que aparentavam grande revolucionarismo de palavras. Explorando a impaciência e o desespero, fazendo apelo à generosidade e à solidariedade dos manifestantes, jogando com boatos alarmistas, propondo palavras de ordem simplesmente irreais ou desproporcionadas, alimentando ilusões sobre as condições de luta, insistindo em formas de reacção aventureiras e condenadas à derrota, tais elementos aparentemente de esquerda e aparentemente bem intencionados revelaram-se em todos os aspectos objectivamente como contra-revolucionários. Informações que nos chegam indicam a presença de indivíduos de direita, suspeitos de ELP, confundidos com esquerdistas, mas seguramente ao serviço dos grupos fascistas.

A DORN já alertara os seus militantes para perigos reais que se estavam a gerar. Hoje a DORN volta a alertar e a sublinhar para a necessidade de um reforço de vigilância e de um combate implacável e constante ao aventureirismo, ao verbalismo pretensamente revolucionário, para o conteúdo objectivamente provocatório e contra-revolucionário que cada vez mais assumem, nas actuais condições, estes elementos provocadores infiltrados no movimento popular de massas.

6. Repetimos: é um imperativo a realização de um amplo inquérito aos acontecimentos

Na nota da Direcção Regional do Norte do PCP se verifica como a demonstração de solidariedade para com os militares presos pôde ser aproveitada por elementos provocadores navegando como sempre nas águas que mais favorecem a reacção. A resposta mais correcta, mais eficaz a quantos pretendem arrastar as massas para aventuras e para quantos pretendem utilizar as tensões da hora presente para desencadear acções repressivas e tentaram paralisar o processo revolucionário foi dada pela acção de quanto recusaram frente a Custóias e Caxias as palavras de ordem provocatórias.

A consciência da classe operária, a correcção da linha política do seu partido de vanguarda transparece nos documentos das células que perderam companheiros queridos de trabalho e de luta. Nestes documentos, na serenidade e disciplina de quando acompanharam as urnas se prestou aos camaradas caídos a derradeira e grandiosa homenagem de, na hora difícil em que tombaram, respeitar as realidades e necessidades da luta a que eles haviam entregue as suas vidas.

de Custóias, realizado em condições acima de toda a suspeita, visando rapidamente apurar as causas e punir os responsáveis.

O prosseguimento da acção de massas passa pelo desmascaramento de todos os provocadores e de todos os aventureiros, isolando-os e não hesitando em os neutralizar firmemente e sem hesitações.

A luta das forças revolucionárias, a ampla movimentação de homens e mulheres progressistas da nossa Pátria exigem que a acção se alargue cada vez mais, se unifique e faça convergir a vontade e acção de todos os antifascistas, ampliando o campo dos que se pronunciam e dos que se unem e organizam em defesa das liberdades e conquistas alcançadas depois do 25 de Abril de 1975.

2 de Janeiro de 1976

A DORN DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Comunicado do Comité de Metalúrgicos do distrito do Porto do PCP

Entre os mortos, contam-se dois Camaradas metalúrgicos, classe que ao longo dos anos de repressão fascista sempre se manteve na primeira linha de resistência, lugar que mantêm hoje da defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução

A morte dos Camaradas Celestino Rebelo Teixeira operário metalúrgico da UTIC e de Arménio Pereira da Silva operário metalúrgico da SEPSA, ambos militantes do Partido Comunista Português, operários honestos, trabalhadores conscientes, homens que deram à causa da revolução a sua própria vida, não pode ficar impune.

Devemos exigir a abertura imediata de um inquérito que determine e que leve à justa punição de quem teve responsabilidades nestas mortes.

Camaradas como o Celestino e o Arménio são a certeza de que a Revolução que começou em 25 de Abril de 1974 será vencida pelos trabalhadores e pelo Povo.

O Comité dos Metalúrgicos do Distrito do Porto do Partido Comunista Português apela para todos os trabalhadores se incorporarem nos funerais destes dois operários,

prestando assim a última homenagem aqueles que, em vida foram baluartes da luta contra o capital e contra os perigos do regresso do fascismo.

Comunicado da célula da UTIC-Norte do PCP

Um dos trabalhadores mortos era o nosso camarada da Célula da Utic, Celestino Rebelo Teixeira, operário metalúrgico em Laborim, Vila Nova de Gaia. Trabalhador respeitado, digno resistente da Classe Operária nos principais ataques da reacção no Norte (Defesa da USP e nos momentos difíceis quando a liberdade estava em perigo) O Camarada Celestino (Tininho) ficará na memória de todos os antifascistas, de todos os trabalhadores de todos que lutam pela Paz, pelo Pão, pela Liberdade e por uma sociedade mais justa a que todos temos direito.

Os trabalhadores Comunistas da Utic exigem das autoridades um inquérito profundo, aos trágicos acontecimentos que fizeram derramar sangue de trabalhadores incondicionalmente ao lado da Revolução.

O secretariado da Célula do PCP na Utic-Norte comunica a todos os trabalhadores e ao Povo em geral que o funeral deste combatente da Classe Operária, se realiza domingo, dia 4/1/76, com saída às 9 horas da Casa Mortuária, do Instituto de Medicina Legal do Porto e com concentração às 9 e 30 m no Jardim do Paraíso, em VILAR DO PARAÍSO, VILA NOVA DE GAIA, com destino ao Cemitério de VALADARES.

Comunicado da célula da SEPSA do PCP

Três homens caíram mortos. Um deles é nosso camarada na empresa: o Arménio Pereira da Silva

A célula da Sepsa do partido Comunista Português convoca todos os camaradas de trabalho a integrarem-se no seu funeral. Todos juntos prestando homenagem a um camarada de trabalho sem olhar a outras questões que não sejam a solidariedade de todos os trabalhadores

Todos unidos homenagearemos o camarada ARMÉNIO PEREIRA DA SILVA

FUNERAIS NO PORTO

Realizaram-se no passado domingo, no Porto, os funerais dos dois operários metalúrgicos mortos durante os acontecimentos ocorridos em Custóias no dia 1 de Janeiro.

As duas vítimas, Celestino Ribeiro Teixeira e Arménio Pereira da Silva, ambos militantes do nosso Partido, trabalhadores, respectivamente, da UTIC e da SEPSA, foram acompanhados até ao cemitério por grande número de camaradas, amigos e populares, que lhes quiseram prestar a última e sentida homenagem.

De facto, muitos milhares de pessoas quiseram estar presentes na última caminhada dos nossos camaradas mortos: as bandeiras rubras enroladas choravam a morte daqueles que, generosamente, dedicaram a vida à causa do Povo Português.

Ambos os funerais saíram

do Instituto de Medicina Legal. A urna contendo os restos mortais do camarada Celestino Teixeira seguiu em cortejo fúnebre até Vilar Paraíso, onde se encontravam muitas pessoas, que se juntaram àquelas que acompanharam o cortejo desde o Instituto de Medicina Legal. A partir daí, a urna foi transportada por militantes do nosso Partido da célula da UTIC, por familiares e amigos, por trabalhadores metalúrgicos. Uma pequena cerimónia encerrou o funeral, durante a qual usaram da palavra um membro da DORN do PCP, um membro do Comité dos Metalúrgicos comunistas do Norte, um militante da célula da UTIC, um representante da CAARP e um membro da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos.

O funeral do camarada Arménio da Silva Pereira saiu igualmente do Instituto de

Medicina legal, de onde seguiu para a Rua Aníbal Cunha, onde se deteve frente ao Centro de Trabalho do nosso Partido. Aqui guardaram-se uns minutos de silêncio, após o que os milhares de pessoas presentes entoaram a «Internacional».

Depois de ter passado pela residência do camarada desaparecido, o cortejo fúnebre deteve-se na SEPSA, onde falou um membro da comissão de trabalhadores, e seguiu, finalmente, para o cemitério de Leça do Balio, onde usaram da palavra um membro da DORN do PCP, um representante do Comité dos metalúrgicos comunistas do Norte, um militante da célula da SEPSA, um membro da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos, um representante da CAARP e, a terminar, um membro da Junta de Freguesia de Leça do Balio.

Milhares de trabalhadores incorporaram-se no funeral do camarada Celestino Teixeira

PERTO DE 800 MIL TRABALHADORES AFECTADOS PELO CONGELAMENTO SALARIAL

As organizações de trabalhadores e outras organizações populares tomam posição contra a política de austeridade que vem afectar unicamente as massas trabalhadoras, nomeadamente o aumento do custo de vida e o congelamento da contratação colectiva

O congelamento da contratação colectiva abrange até fim de Fevereiro próximo quase 755 mil trabalhadores, o que deixa sob alçada dos aumentos de preços e sem defesa perante o aumento do custo de vida, em alguns casos muito elevado, cerca de 2 milhões de pessoas, contando com as famílias a cargo dos trabalhadores abrangidos.

Como se sabe, a suspensão da contratação colectiva em todas as suas formas não é outra coisa senão o congelamento rigoroso dos salários decretado, neste caso, com efeitos anteriores aos aumentos verificados em muitos produtos essenciais de consumo diário e obrigatório.

O quadro que acompanha este comentário é bem elucidativo. Entre os sectores profissionais abrangidos pelo congelamento da con-

tração figuram trabalhadores com salários por fazer há muito tempo e alguns deles contam-se entre os mais baixos auferidos no nosso País.

Subindo em flecha os preços dos artigos de primeira necessidade, quando em Março as negociações prosseguirem, os trabalhadores terão perdido certamente muito daquilo que obtiveram (alguns deles, não todos) depois de Abril de 1974.

Por outro lado, centenas de milhares de trabalhadores e as suas famílias ficam ainda sem a possibilidade de os seus salários recuperarem, pelo menos, o poder de compra já perdido perante o aumento verificado nos preços entre o momento presente e a data em que foi publicado o Contrato Colectivo ainda em vigor por determinação do congelamento. «Cada dia que passa os

nostros salários valem menos. Cada dia que passa compramos menos com o mesmo dinheiro. Seremos hoje mais pobres do que ontem e amanhã mais pobres do que hoje, se não nos unirmos e organizarmos para resistir à ofensiva capitalista que visa roubar-nos, nos preços, as conquistas salariais resultantes de meses e meses de luta.»

Os treze sindicatos de Lisboa e Setúbal, que formaram uma comissão de luta contra a carestia de vida e o congelamento da contratação colectiva, convocando uma concentração para o próximo dia 17, no Estádio 1.º de Maio em Lisboa, ao dirigir essas palavras a todos os trabalhadores, têm consciência perfeita do que se passa.

Combater essa situação, bem como os perigos que ela

promete e já claramente anuncia, é motivo de um apelo daquela comissão de sindicatos para que o próximo dia 17 seja uma grande e vitoriosa jornada de luta contra a carestia de vida e o congelamento de salários.

Na situação difícil da economia portuguesa, pela qual os trabalhadores não podem ser responsabilizados obrigando-os a pagar a maior parte do seu preço, o poder de compra dos trabalhadores tem que ser mantido ao mesmo tempo que devem ser melhoradas as suas condições de vida.

Congelar contratos, alguns deles prontos já para serem assinados e muitos outros em fase avançada de negociação, não pode servir, de modo nenhum, ao desenvolvimento da economia nacional, na salvaguarda da independência e na perspectiva do socialismo.

SECTORES	Trabalhadores afectados	SECTORES	Trabalhadores afectados
Marinha Mercante	7000	Calçado	2000
Fabricação de papel	7000	Construção civil	250 000
Pastelaria	6000	Metalúrgicos	250 000
Torrefacção	500	Vidreiros	10 000
Panificação	10 000	Rodovários	100 000
Casas de Saúde, consultórios e enfermagem particular	14 000	Madeiras	10 000
Farmácias	2000	Canilinas	6000
Conferentes Marítimos	400	Motoristas do Porto	10 000
Lavandarias	5000	Agrícolas de Setúbal	14 000
Comércio retalhista	42 000	Transportes Colectivos do Porto	4000
Barbeiros e cabeleireiros	5000		
		TOTAL	754 900

TRABALHADORES CONTRA AS MEDIDAS ECONÓMICAS ANTI-POPULARES

A incúria e o esbanjamento capitalistas não podem ser pagos pelos trabalhadores. O preço da crise económica deve ser suportado por quem a provocou

Os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, em moção aprovada no dia 27 do passado mês de Dezembro, exprimiram ao Presidente da República; ao Conselho da Revolução e Conselho de Ministros «a sua indignação e protesto pelas medidas antidemocráticas que têm sido tomadas após o 25 de Novembro», nomeadamente:

«Contra o congelamento da contratação colectiva medida anti-operária e de protecção aos capitalistas;

«Contra a intimidação, a violência e a repressão desenfreada sobre os trabalhadores e sobre os seus organismos de classe;

«Contra a indemnização aos grandes accionistas dos bancos de Angola, Nacional Ultramarino e Banco de Portugal;

«Contra o aumento de preços dos produtos de primeira necessidade e de grande consumo popular;

«Contra a «fuga» e libertação dos fascistas Henrique Tenreiro e Silva Cunha;

«Contra a prisão e afastamento de militares revolucionários que pelas suas acções práticas sempre se identificaram com a luta do povo explorado, contra o fascismo e a opressão capitalista.»

«Os Corpos Gerentes do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul desejam tornar bem claro o seu firme propósito de lutar contra todas as acções governativas que visem uma protecção às forças do capital (únicas responsáveis pela crise económica que o país atravessa) e coloquem em causa as conquistas alcançadas pelas massas trabalhadoras.»

Também a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos requereu ao Presidente da República uma audiência na qual se propunha apresentar um conjunto de problemas que consideram relativos não somente à sua classe mas a todos os trabalhadores portugueses. Não conseguindo ser recebidos pelo Presidente da República, os elementos da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos expuseram os problemas em causa a dois elementos do Gabinete

da Presidência da República e publicaram um Comunicado aos trabalhadores intitulado: «O que queremos tratar com o Senhor Presidente da República».

SINDICATOS METALÚRGICOS MANIFESTAM-SE CONTRA AUMENTO CUSTO DE VIDA E CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

É o seguinte o enunciado dos problemas expostos no comunicado da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos: «1- O congelamento da Contratação Colectiva e do Contrato Vertical Nacional da Metalurgia e da Metal-Mecânica; 2- Congelamento dos salários e o aumento do custo de vida; 3- Os militares com licença registada aos quais o patronato nega o direito ao trabalho; 4- A política de mentira, anti-operária, repressiva e divisionista do ministério das Corporações; 5- A manobra reaccionária da revisão da lei das associações sindicais; 6- O Decreto-Lei do Controlo Operário; 7- A ofensiva da reacção contra a Reforma Agrária; 8- O projectado encerramento da empresa metalúrgica-MESSA; 9- A repressão após o 25 de Novembro.»

Relativamente ao congelamento da Contratação Colectiva, ao Contrato Vertical Nacional da Metalurgia e Metal-Mecânica, o congelamento de salários e ao aumento do custo de vida, a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos afirma:

«O Governo, cedendo às pressões e chantagens do patronato, decidiu sem ouvir os trabalhadores que congelaria toda a contratação colectiva até Março próximo. Esta medida anti-operária atinge directamente os metalúrgicos portugueses cujo contrato colectivo de trabalho está praticamente todo por negociar (aprendizagem, readmissão de trabalhadores após o ser-

viço militar, promoções, direitos e garantias dos trabalhadores, deslocações, trabalho de mulheres e de menores, despedimentos, higiene e segurança no trabalho, etc.)»

«Pela primeira vez desde o 25 de Abril os salários das classes mais desfavorecidas foram congelados. Em lugar de congelar os lucros e os preços fazendo assim pagar os exploradores os custos da crise económica que provocaram, o governo decidiu congelar os salários dos que trabalham e produzem ao mesmo tempo que permite, encoar e decreta aumentos escandalosos dos preços (batata, carne, peixe, legumes, ovos, bacalhau, arroz, transportes, gasolina, tabaco, impostos, etc. etc.)»

MAIS DE 750 MIL TRABALHADORES ATINGIDOS PELO CONGELAMENTO DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Muitas têm sido as organizações de trabalhadores e outras organizações populares que manifestam o seu repúdio pela política de austeridade decretada pelo VI Governo na medida em que apenas o povo trabalhador, nomeadamente a classe operária e a pequena burguesia, é atingido pelas disposições postas em prática, particularmente pelas relativas ao aumento do custo de vida que se reflecte agudamente sobre produtos de primeira necessidade e ao congelamento da contratação colectiva. Recordemos que o congelamento da contratação colectiva afecta, de imediato, 754 900 trabalhadores cujos contratos colectivos se encontravam em negociação. Entre eles 250 000 Metalúrgicos, 250 000 trabalhadores da Construção Civil, 100 000 Rodovários, 42 000 trabalhadores do Comércio Retalhista, 14 000 agrícolas de Setúbal, 14 000 trabalhadores das Casas

de Saúde, Consultórios e Enfermagem Particular, 10 000 trabalhadores da Panificação, afectando ainda muitos milhares de trabalhadores da Marinha Mercante, fabricação de Papel, Pastelaria, Torrefacção, Farmácia, Conferentes Marítimos, Lavandaria, Barbeiros e Cabeleireiros, Calçado, Vidreiros, Madeiras, Canilinas, Motoristas do Porto e Transportes Colectivos do Porto.

No Comício do nosso Partido, realizado no passado dia 3, em Peniche, o camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, sublinha: «O PCP pronuncia-se firmemente contra a instauração de qualquer nova ditadura, pronuncia-se pelas liberdades e a democracia e por isso sublinha os perigos que advêm da súbita adopção, sem entendimento ou acordo prévio, de amplas medidas económicas de carácter anti-operário e antipopular a que estamos assistindo ultimamente.»

E mais adiante: «O PCP tem a certeza de que os trabalhadores estariam dispostos a sacrifícios, se tal fosse necessário, para aumentar a produção, criar condições de estabilidade económica, promover o desenvolvimento da agricultura, da pesca, tudo para assegurar o futuro dos seus filhos e o bem-estar do país. Mas os trabalhadores não podem aceitar passivamente que se agravem subitamente as suas condições de vida, no preciso momento em que se defende a manutenção dos altos rendimentos, em que há dinheiro para pagar a fascistas saneados, mas não há dinheiro para ajudar a formação de cooperativas de pescadores, em que se prepara o pagamento de grandes indemnizações aos grandes capitalistas e aos grandes agrários, em que se contraem empréstimos com esse fim, em que milhares e milhares de parasitas que nada fazem de útil para o país gastam em jantaradas, em pândegas, em passeatas, em jogatina, em deboche, gastam mais num dia do que um trabalhador ganha num ano inteiro, num ano de duro esforço, num ano de privações dos seus entes queridos, num ano em que numerosas vezes joga a própria vida, como é o caso dos pescadores.»

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL

Alargar a defesa das massas trabalhadoras dos mais variados sectores face à investida das forças de direita, que nas últimas semanas sentem renovados os seus apoios, foi o ponto principal do último plenário da Intersindical Nacional

Salientando que a situação económica do País é difícil, mas não tão grave como certas forças políticas apregoam, com o claro propósito de justificar uma política antipopular em que os principais sacrificados são as classes trabalhadoras, o Plenário da Intersindical Nacional, que se reuniu no passado dia 30 de Dezembro, ao analisar os principais problemas que se colocam aos trabalhadores, fez notar que a saída da actual situação económica não passa por uma política de austeridade que tenha como principal objectivo e consequência a diminuição do consumo popular, pois isso contribuiria para agravar e aprofundar a presente crise.

O Plenário definiu que existem pelo menos dois tipos de austeridade: um, que serve os trabalhadores e que contribui para o avanço do processo revolucionário, atingindo preferencialmente as classes favorecidas; e outro, que tem como objectivo fazer pagar essencialmente os trabalhadores os custos da crise económica e que visa, em última instância, a recuperação capitalista da economia.

Tornando-se evidente que o tipo de austeridade pretendida pelos actuais órgãos de Poder se dirige para a segunda alternativa, o Plenário da Intersindical Nacional aponta todas as medidas que nos últimos meses, a maior parte delas até nas últimas semanas, concretizam a recuperação capitalista da economia.

São elas, entre outras, o congelamento da contratação colectiva, o aumento substancial dos preços dos produtos de amplo consumo popular, a fixação de baixos impostos sobre rendimentos não provenientes do trabalho, a multiplicação de impostos indirectos que atingem fundamentalmente as classes trabalhadoras aumentando o custo de vida, os subsídios a empresas exportadoras, entre as quais se encontram mesmo multinacionais; reconhecendo o Plenário da Intersindical que tudo isto são exemplos concretos que provam de uma forma extremamente clara que a política de austeridade dos actuais

órgãos do Poder serve o capital e é realizada contra os interesses dos trabalhadores e à sua custa.

OUTRAS MANOBRAS

Nos debates que se desenvolveram, as delegações dos diferentes sindicatos presentes tiveram oportunidade de focar as manobras da reacção para dividir os trabalhadores e recuperar os benefícios perdidos, nomeadamente o ataque a conquistas históricas do nosso Povo, como são as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário e a unidade do movimento sindical e o ataque a tudo aquilo que possa permitir que o desenvolvimento económico venha beneficiar, em primeiro lugar, as camadas mais desfavorecidas da população.

Assim, os ataques às nacionalizações visam impedir a consolidação e mesmo o alargamento de um amplo sector social da economia, base fundamental do nosso desenvolvimento económico e de defesa da independência nacional, visando também criar condições que permitam, a curto prazo, passarem as empresas agora nacionalizadas, com participação do Estado, ou geridas pelos trabalhadores e que são lucrativas, para as mãos dos grandes capitalistas, pois que as empresas tradicionalmente deficitárias essas continuarão nas mãos do Estado, isto é, a serem pagas por toda a população.

Também o ataque e as grandes dificuldades postas à Reforma Agrária, conquista histórica das massas trabalhadoras do campo, tem como objectivo último justificar uma política de entrega de terras aos latifundiários. Paralelamente, tudo o que podia ser feito para facilitar o aumento da produção agrícola e a diminuição dos sacrifícios do heróico proletariado rural, como as facilidades de crédito para as sementeiras e alfaías agrícolas e o pagamento rápido das colheitas entregues é deliberadamente boicotado. Apesar das poderosas barreiras que se levantam é de salientar que

onde a Reforma Agrária se tem feito foi garantido o direito ao trabalho, acabando totalmente o desemprego e pode-se dizer que algumas das conquistas alcançadas neste campo, como seja o aumento da produção agrícola e que premeditadamente se esconde, resulta em grande parte do esforço incansável dos trabalhadores agrícolas que, quanto a apoios, na maior parte dos casos, só os tiveram como promessas e mesmo assim nem sempre.

Entretanto, o controlo operário passa a ser chamado pelos actuais órgãos do Poder, como «controlo de gestão», sendo de esperar que tantas sejam as limitações impostas por lei àquele controlo, que se pretenda, por um lado, adiar a sua entrada em vigor e limitar o âmbito de aplicação em relação ao sector privado e, por outro, transitar o controlo operário na famigerada co-gestão, que significa a participação dos trabalhadores na gestão da sua própria exploração.

Por outro lado, segundo foi analisado no Plenário da Intersindical, as tentativas de recuperação da Previdência por parte do Estado visam retirar a participação dos trabalhadores da gestão da mesma. Abordando depois a liberdade sindical, o Plenário constatou que «após o 25 de Novembro, a coberto do aparelho de Estado e militar, têm-se cometido significativas arbitrariedades que demonstram as intenções dos actuais órgãos do Poder. Os «comandos» fizeram buscas a diversos sindicatos, nomeadamente Rodovários e Escritórios de Lisboa e Têxteis do Porto. A PSP revistou minuciosamente o Sindicato da Indústria Hoteleira, em Lisboa, e, por ordem do Governo, assalta e encerra o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos. A PSP reprimiu e agrediu os trabalhadores livreiros em luta por melhores condições de vida e trabalho. Agora, o Conselho da Revolução, segundo notícias publicadas nos órgãos da Informação, está a tentar rever a Lei das Associações Sindicais, possivelmente com a finali-

dade de destruir a unidade do Movimento Sindical».

REFORÇAR O MOVIMENTO SINDICAL

Perante esta ofensiva generalizada das forças do capital, cabe ao Movimento Sindical a defesa das conquistas alcançadas e a luta contra as medidas anti-operárias que têm vindo a ser tomadas.

O Plenário considerou que o papel da Intersindical Nacional terá de ser reforçado e a sua acção alargada e desenvolvida a camadas até agora com pouco peso no conjunto da acção sindical e impõe-se um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização das mulheres e jovens trabalhadores de forma a integrá-los melhor nos objectivos e nas formas de luta, tendo sido salientada a importância de os trabalhadores do sector de serviços, muitos deles afastados dos seus irmãos de classe devido à política de divisão seguida pelo fascismo e incentivada após o 25 de Abril pelas forças de direita, terem igualmente de ser ganhos para o Movimento Sindical Unitário.

O Plenário acentuou, depois, a necessidade de todos os trabalhadores defenderem intransigentemente as liberdades sindicais, lutar contra o congelamento da contratação colectiva e contra as tentativas de recuperação da Previdência afastando os trabalhadores, exigirem a aplicação do controlo operário e manifestarem a sua defesa da Reforma Agrária.

No decorrer do Plenário foram aprovadas algumas moções e propostas apresentadas por sindicatos presentes e que dizem respeito, no geral, à posição dos trabalhadores face à arremetida das forças de direita que encontram todo o apoio no Governo, o qual tenta recuperar o patronato sabotador da economia nacional, sacrificando os trabalhadores e as suas conquistas após o 25 de Abril, quando paralelamente pretende ser intérprete de uma política que diz ser de transição para o socialismo».

LIVRARIA 1.º DE MAIO

PRACETA PORTUGAL BAIXA DA BANHEIRA

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS.
ARTIGOS DE PAPELARIA.
POSTERS, AUTOCOLANTES, ETC.
LIVROS SOVIÉTICOS
EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS
OBRAS COMPLETAS DE LENINE
(EM FRANCÊS)
OBRAS ESCOLHIDAS DE LENINE
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)
OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS
(EM FRANCÊS E ESPANHOL)

PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO CENTRAL DE MOSCOVO PARA PORTUGAL

19.00-20.00 31 e 41m.
20.30-21.00 31, 41 e 49m.
22.00-22.30 31 e 41 m.



PRÉMIOS DA FESTA DO FIM DE ANO

Resultados do sorteio a que habilitavam os bilhetes p.º a Festa de Fim-de-Ano do «Avante!» na FIL

1.º Prémio	— Obras Completas Lenine	n.º	8601
2.º	— Medalha PCP		0094
3.º	— Livro VII Congresso PCP, edição especial		0849
4.º	— Assinatura «Avante!» 1 ano		1324
5.º	— Assin. Rev. Internacional 1 ano		5083
6.º	— Medalha Lenine		0038
7.º	— Medalha Marx		0512
8.º	— Medalha Engels		0621
9.º	— Disco VII Congresso PCP		0998
10.º	— Saco bordado Madeira PCP		1340

A relação dos prémios será completada no próximo n.º do «Avante!».

Os dez primeiros estão desde já à disposição dos premiados, na livraria «Avante!» — Av. Santos Dumont, 57.

TRABALHADORES MANIFESTAM-SE CONTRA DECISÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

A decisão do Ministério do Trabalho mandando caducar as credenciais passadas aos trabalhadores das empresas em autogestão motivou a realização de uma reunião, convocada pela União dos Sindicatos (Intersindical), na cidade do Porto, na qual participaram cerca de uma centena de trabalhadores, várias representações sindicais, elementos da Federação das Cooperativas e representante do Ministério do Trabalho naquela cidade.

A actuação do Ministério do Trabalho do VI Governo Provisório foi acerbamente criticada no decorrer da reunião, tendo-se considerado que a resolução sobre a caducida-

de das credenciais é altamente favorável à recuperação do capitalismo e contra a via socialista.

Os trabalhadores fizeram notar que só no distrito do Porto esta resolução do Ministério do Trabalho afecta 25 mil trabalhadores que laboram em duas centenas de empresas na situação de autogestão. No decorrer dos trabalhos, foi aprovada, por unanimidade, uma proposta na qual se sublinha: «Dado que todas as empresas que se encontram em autogestão foram arrastadas para esta situação, pela fuga da entidade patronal ou pela incapacidade para garantir o lugar de trabalho a todos os trabalhadores, e considerando que os

trabalhadores conseguiram, sem patrão, manter os seus lugares de trabalho e que isto é uma conquista irreversível dos mesmos, exigem ao Ministério do Trabalho que todas as credenciais pedidas pelos trabalhadores sejam automaticamente concedidas, não reconhecendo ao Ministério do Trabalho legitimidade para as recusar. A qualquer credencial recusada responderão os trabalhadores de todas as empresas em autogestão, ou cooperativas aqui representadas, com formas de luta unitárias.»

Na mesma reunião foi decidida a realização de uma encontro a nível distrital e abrangendo todo o norte, para debate da questão das cre-

denciais e de outros problemas relacionados com a vida das empresas em autogestão. Este encontro efectuar-se-á, em princípio, até fins do corrente mês. Foi criado um secretariado, cujo trabalho consistirá em alertar os trabalhadores contra os perigos que os ameaçam e decidiu-se constituir um organismo que coordenará todas as empresas em autogestão e as cooperativas. Como resultado desta decisão, começou já a funcionar no Sindicato dos Têxteis, no Porto, no passado dia 5, um gabinete destinado a atender problemas relacionados com as credenciais, o mesmo sucedendo em Braga.

ALVARO CUNHAL desenhos da prisão

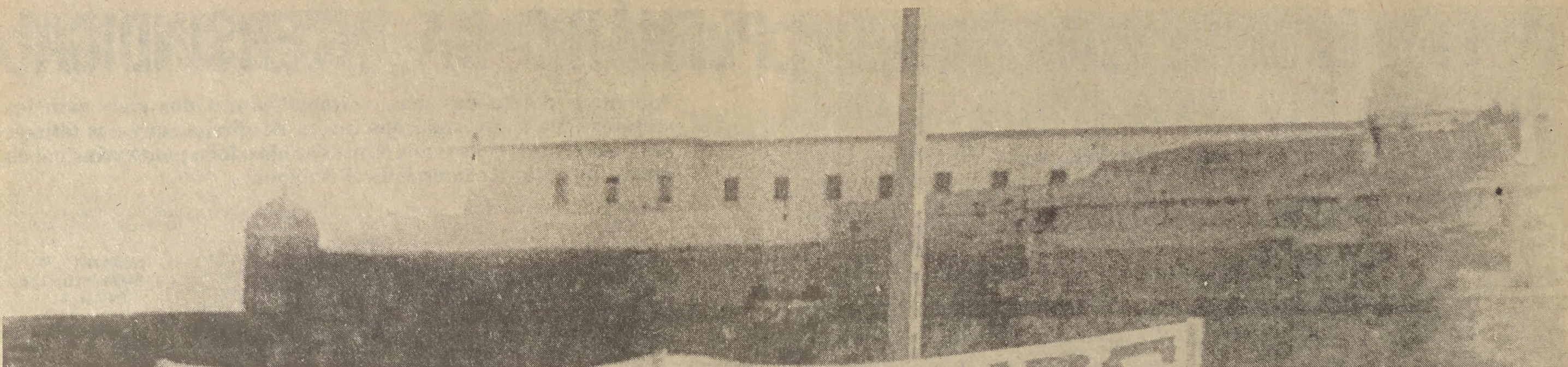


CAMPANHA DE FUNDOS LANÇAMENTO ESPECIAL DA EDITORIAL «AVANTE»

ALVARO CUNHAL desenhos da prisão

Pedimos a todos os camaradas que fizeram reserva dos «Desenhos da Prisão» e ainda os não levantaram, que procedam ao seu levantamento até 31 de Janeiro. A partir dessa data deixaremos de poder garantir as reservas, dado que a edição se encontra esgotada.

Edições Avante!



EVOCAÇÃO DE UMA JORNADA HERÓICA

O comício realizado em Peniche, evocativo da fuga do forte, concretizada há dezasseis anos por um grupo de camaradas, constituiu uma afirmação da confiança dos comunistas no futuro democrático e socialista do nosso país

Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Jaime Serra, Francisco Miguel, Rogério de Carvalho, Pedro Soares, Guilherme de Carvalho, José Carlos. Nomes dos abnegados comunistas que, há 16 anos, no dia 3 de Janeiro, lograram vencer as masmorras fascistas e continuar o combate pela libertação do nosso povo. Dez destacados dirigentes do Partido Comunista Português abriam uma brecha na muralha fascista e indicavam já o horizonte da vitória do nosso povo. Mas a luta con-

tro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, e Francisco Miguel, do Comité Central.

Depois de terem usado da palavra um pescador local, um representante da Comissão Concelhia de Peniche do PCP e o camarada Francisco Miguel, o camarada Joaquim Gomes saudou a laboriosa população de Peniche, especialmente os seus pescadores, e todos os comunistas e antifascistas pela sua luta na defesa das conquistas da Revolução.

«Encontramo-nos reunidos

isso, os olhos da solidariedade foram a única presença no silêncio da colaboração.

A poderosa máquina fascista de Salazar estremeceu, mas o povo de Peniche celebrava, no seu íntimo, esta grande vitória. A notícia espalhava-se e os foguetes chegaram a estrear-se em muitas localidades: o povo trabalhador saudava a fuga dos seus heróicos filhos.

Os dez camaradas fugitivos de Peniche saudavam o povo e o glorioso Partido a que se orgulhavam de pertencer. O Partido que, com eles, preparou a fuga; o povo que, calando-se, com eles venceu as masmorras e continuou a luta. No próprio dia da fuga, afirmavam numa saudação os nossos camaradas:

«Ao alcançarmos a liberdade e ao retomarmos o posto de combate, saudamos, antes de mais o nosso Partido e o Povo português, afirmando a nossa determinação de os servir como até hoje, na luta pela instauração em Portugal de um regime de liberdade e de legalidade».

Saudamos — prosseguiram os nossos camaradas — todos os portugueses honrados, qualquer que seja a sua ideologia ou crença religiosa; saudamos todas as forças e correntes anti-salazaristas, salientando a importância e a urgência da unidade, como condição fundamental para a solução do problema político português».

DEFENDER A REVOLUÇÃO

No comício comemorativo do passado dia 3, o camarada Joaquim Gomes, no decorrer da sua intervenção, afirmaria: «Também o 25 de Abril só foi possível porque as forças antifascistas souberam lutar unidas contra a opressão. Hoje, depois do 25 de Novembro, quando a direita ganhou fortes posições, quando a reacção e o fascismo espreitam a oportunidade de liquidar as liberdades e

todas as conquistas alcançadas depois da histórica vitória do 25 de Abril, o nosso Partido, na entrada de novo ano indica três direcções fundamentais para salvar a Revolução. São elas: defender as conquistas da Revolução, alargar a unidade, reforçar o Partido.»

Referindo-se à defesa das conquistas da Revolução, o camarada Joaquim Gomes salientou: Todos os trabalhadores, os democratas e antifascistas têm de reforçar a sua disposição de luta de modo a não permitir que as liberdades conquistadas lhes sejam roubadas seja por quem for. Nelas estão incluídas as liberdades sindicais que alguns, a coberto da luta contra a unidade, querem tirar aos trabalhadores.»

E mais adiante: «Os trabalhadores não podem permitir que as nacionalizações, como o controlo operário, sejam postas em causa como alguns pretendem. Os Melos, os Champalimauds, etc., não podem voltar à posse das empresas nacionalizadas. Os trabalhadores não o permitirão.»

Referindo-se, ainda, à defesa das conquistas da Revolução, o camarada Joaquim Gomes acentuou: «A Reforma Agrária não pode andar para trás. A terra dos grandes agrários hoje na posse dos camponeses tem de continuar na posse destes. Os trabalhadores do campo, assalariados ou pequenos camponeses, todos os que sofreram na carne a exploração dos senhores da terra não permitirão o regresso ao passado.»

ALARGAR A UNIDADE

Mais adiante, o camarada Joaquim Gomes referiu-se, nos seguintes termos, ao reforço da unidade: «Alargar a unidade significa que nas empresas, nas herdades, nos escritórios, nos barcos, em todos os locais de trabalho, os trabalhadores se devem unir indepen-

a lição nos sirva, que à unidade sejam chamados todos os antifascistas.»

REFORÇAR O PARTIDO

Na saudação dirigida ao seu Partido, ao seu povo, os dez comunistas evadidos de Peniche afirmavam: «Sem o decisivo auxílio do Partido Comunista Português e da sua Direcção — à qual manifestamos toda a nossa confiança — sem a coragem, o espírito de sacrifício e o apoio de numerosos comunistas e portugueses sem partido que nos ajudaram, não teria sido possível levar a cabo com êxito a nossa libertação.»

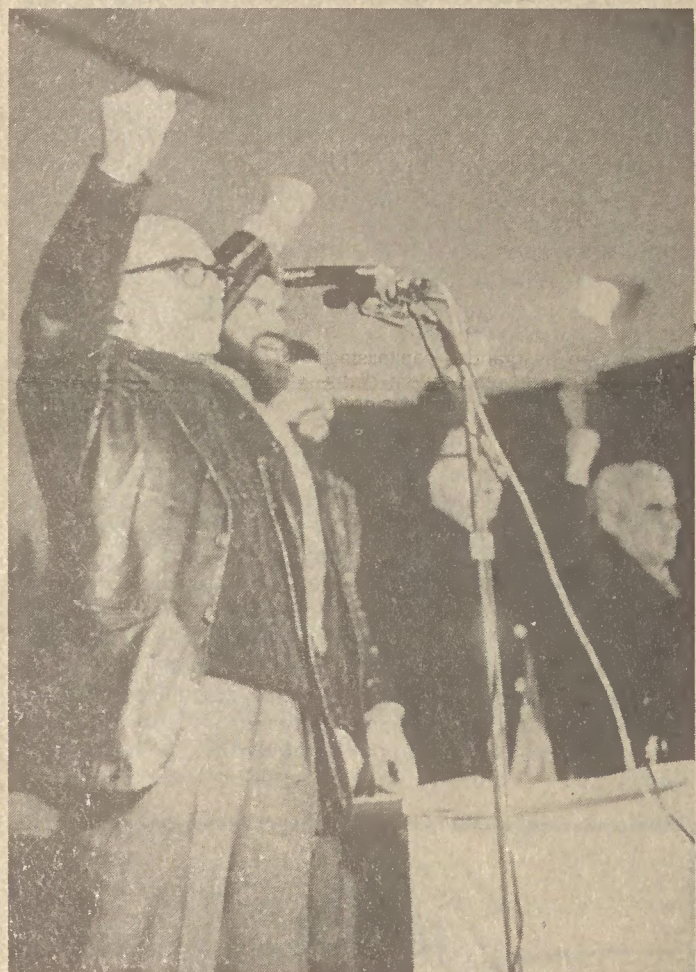
Dezasseis anos mais tarde, em Peniche, o camarada Joaquim Gomes afir-

mou: «Reforçar o Partido significa que não apenas se deve fazer novos recrutamentos dos homens, mulheres e jovens mais consequentes e que hoje compreendem melhor que só nas fileiras do PCP se pode lutar consequentemente pelo socialismo em Portugal. Reforçar o Partido significa fazer de cada militante do Partido um activista, significa ligar mais profundamente o Partido às massas. A organização do nosso Partido tem de estar cada vez mais coesa e pronta a defender os interesses da classe operária e as conquistas da Revolução.»

E o camarada Joaquim Gomes afirmou, a finalizar a sua intervenção no comício de Peniche: «O nosso Partido tem de ter um papel cada vez mais activo na

consolidação e reforço das organizações de massas e populares como comissões de trabalhadores, de moradores de aldeia, assembleias populares e outras. O nosso Partido terá de ser cada vez mais decididamente a vanguarda revolucionária do Povo Português.»

O camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, encerrou este comício comemorativo da heróica fuga de Peniche, na qual participou. Entre 3 de Janeiro de 1960 e 3 de Janeiro de 1976, profundas alterações se verificaram em Portugal. O fascismo foi derrubado, mas continua a ser uma perigosa ameaça. Isso mesmo adverte o camarada Álvaro Cunhal, no seu discurso, que transcrevemos noutra local.



tinuava — tal como hoje — e os postos de combate foram rapidamente retomados.

Passados 16 anos, a população de Peniche voltou a encontrar-se com alguns dos fugitivos, com nomes que aprendeu a respeitar pela dedicação com que se votaram à causa do nosso povo: os camaradas Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes e Francisco Miguel. A vitória que constitui a fuga de 1960 permanece ainda bem viva na memória de todos, ao lado das posteriores e importantes vitórias já alcançadas pelas massas trabalhadoras. Mas também ao lado da certeza dos novos e difíceis períodos que se avizinham, porventura tão perigosos como aquele que se vivia na altura. Certeza e confiança, determinação e combatividade, são porém, armas da classe operária e das massas trabalhadoras. Com elas, tal como em 3 de Janeiro de 1960, tal como em várias outras etapas históricas, a classe operária e as massas trabalhadoras derrotaram os seus inimigos e construirão a sua sociedade sem a exploração do homem pelo homem.

DEZASSEIS ANOS DEPOIS

Dezasseis anos depois, para comemorar a histórica fuga, o nosso Partido realizou em Peniche um comício. Presentes os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do nosso Partido, Joaquim Gomes, mem-

para comemorar a fuga de dez militantes comunistas que há 16 anos, enfrentando sérios perigos, conseguiram fugir da Fortaleza para retomar o seu lugar na luta contra o fascismo, à qual tinham dedicado toda a sua vida. A fuga de 3 de Janeiro de 1960 foi uma grande vitória não apenas do Partido Comunista, mas sobretudo uma importantíssima vitória das forças antifascistas. Por isso ela foi festivamente recebida pelos trabalhadores e forças progressistas de todo o País», começou por afirmar o camarada Joaquim Gomes.

«A resistência dos comunistas — prosseguiu o camarada Joaquim Gomes — à opressão fascista durante dezenas de anos não teria sido possível sem uma profunda ligação com as massas. Sem o silêncio colaborante da população de Peniche a nossa fuga não teria sido possível».

UMA VITÓRIA DO POVO PORTUGUÊS

No largo de peniche, ao fim da tarde daquele glorioso dia 3 de Janeiro de 1960, a população silenciava os seus diálogos reconhecendo dez comunistas que haviam vencido a prisão. Em grupos de dois, de três, os evadidos passam ante os olhos de homens e mulheres do povo que ainda não sabiam quem eles eram, mas logo compreenderam de quem se tratava. Por



DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL EM PENICHE

No comício evocativo da fuga do Forte de Peniche, há 16 anos, de uma dezena de militantes do PCP, o camarada Álvaro Cunhal — que fazia parte desse grupo — abordou os principais temas da actualidade política e apelou para a criação de uma ampla frente que impeça o regresso ao fascismo e torne irreversível a construção do novo Portugal democrático, a caminho do Socialismo

Camaradas

Neste começo do ano de 1976, ano que se apresenta difícil, perigoso e carregado de ameaças, trago aqui, ao povo de Peniche e em particular aos seus corajosos pescadores as saudações calorosas e confiantes no futuro do Comité Central do Partido Comunista Português.

Todos temos apreensões com os acontecimentos recentes. Mas o balanço do ano de 1975 é altamente positivo. Contra ameaças e tentativas da reacção, as liberdades foram salvaguardadas no essencial. Com as nacionalizações, golpes certos foram desferidos no capital monopolista, que dominava (em benefício de uma centena de famílias), quase toda a economia nacional. Começou e alcançou grandes êxitos a Reforma Agrária. Os trabalhadores alcançaram grandes benefícios económicos e sociais.

O ano de 1975 foi pois um ano de grandes sucessos e é esta a apreciação que ele merece.

Infelizmente, a par deste balanço positivo, surgiram factos inquietantes.

Necessidade de entendimento e política comum

Os últimos meses do ano foram assinalados por trágicos acontecimentos que opuseram militares a militares e dos quais resultou uma derrota da esquerda nas forças armadas, um fortalecimento dos sectores moderados e de direita nos órgãos do poder e um perigoso avanço da reacção.

Este avanço da reacção e o elemento mais preocupante da situação actual.

Aliada na luta contra a esquerda aos sectores moderados do MFA e ao PS, a reacção apresenta agora crescentes exigências visando pôr em causa a própria revolução de 25 de Abril.

Não quero hoje aqui fazer a história ou uma apreciação de fundo desses acontecimentos.

Alguns ensinamentos desejo porém sublinhar.

O primeiro é que os acontecimentos comprovaram as advertências do PCP acerca dos perigos da divisão do MFA e dum eventual confronto violento e acerca da necessidade duma solução política negociada e de compromisso, em que o PCP insistiu mês após mês, dia após dia, desde o tempo do V Governo Provisório até ao próprio 25 de Novembro.

O segundo é que os acontecimentos comprovaram tanto os perigos das alianças com a direita reacçãoária, como os perigos do sectarismo, do radicalismo, do verbalismo pseudo-revolucionário, tendente a isolar as forças da esquerda e a conduzi-las a aventuras condenadas à derrota.

O terceiro é que o entendimento e a unidade de acção das forças democráticas e progressistas, tanto militares como civis, a unidade de todos quantos querem impedir o regresso ao passado fascista, esse entendimento e essa unidade constituem um imperativo da hora presente para que possam fazer-se frente às reais ameaças de contra-revolução que pesam sobre nós.

Apesar das contradições, choques e conflitos existentes entre forças e elementos que têm participado nos órgãos do poder, designadamente entre sectores do MFA e das Forças Armadas, entre o PCP e o PS, continuamos a pensar ser necessário um entendimento e uma plataforma de todos na luta contra o inimigo comum e contra o perigo que a todos ameaça (o perigo da nova ditadura fascista), na luta para salvaguardar as liberdades e as outras conquistas da revolução, na luta para assegurar a construção do novo Portugal democrático e a defesa da independência nacional.

Seria o mais grave dos erros se tal ou tal sector militar ou tal ou tal partido, sobrestimando a própria força, procurasse impôr a sua hegemonia política nos órgãos do poder. Para que uma política democrática seja definida e aplicada com sucesso é indispensável que seja uma política definida em conjunto por todas as forças responsáveis (militares e populares), pelo MFA e pelos partidos democráticos.

Vemos por isso com grande apreensão que se estejam a tomar importantes medidas políticas e económicas, com profundas repercussões em toda a vida nacional, sem que se procure previamente um entendimento ou acordo das forças participantes no processo revolucionário. Pode pensar-se que as decisões não discutidas, anunciadas de surpresa e de choque, são mais operativas.

Não deve porém esquecer-se que uma política só poderá ser aplicada sob uma de duas condições: ou porque tem o apoio popular, ou porque é imposta pela força ao povo contra a sua própria vontade.

No primeiro caso teremos uma solução democrática. No segundo uma ditadura reacçãoária.

O PCP pronuncia-se firmemente contra a instauração de qualquer nova ditadura, pronuncia-se pelas liberdades e a democracia e por isso sublinha os perigos que advêm da súbita adopção, sem entendimento ou acordo prévio, de amplas medidas económicas de carácter anti-operário e antipopular a que estamos ultimamente assistindo.

Não devem ser os trabalhadores a pagar o preço das dificuldades

Antes que ninguém, o PCP advertiu da gravidade da situação económica e financeira e insistiu na necessidade de medidas urgentes.

Sempre e infatigavelmente o PCP insistiu na necessidade de tapar o buraco de 50 milhões de contos existente entre a produção e o consumo. Insistiu na necessidade de se limitarem drasticamente as importações e os consumos de artigos de grande luxo, de se proibir a circulação de automóveis privados de alta cilindrada, de se levar a cabo uma verdadeira campanha de poupança dos recursos nacionais.

Contra aqueles que hoje querem impôr uma política de fome, o PCP insistiu na necessidade de que os trabalhadores estariam dispostos a sacrifícios, se tal fosse necessário para aumentar a produção, criar condições de estabilidade económica, promover o desenvolvimento da indústria, da agricultura, da pesca, tudo para assegurar o futuro dos seus filhos e o bem-estar do país.

Mas os trabalhadores não podem aceitar passivamente que se agravem subitamente as suas condições de vida, no preciso momento em que se defende a manutenção dos altos rendimentos e dos altos vencimentos, em que há dinheiro para pagar a fascistas saneados, mas não há dinheiro para ajudar a formação de cooperativas de pescadores, em que se prepara o pagamento de grandes indemnizações aos grandes capitalistas e aos grandes agrários, em que se contraem grandes empréstimos com esse fim, em que milhares e milhares de parasitas que nada fazem de útil para o país, gastam em jantardas, em pandegas, em passeatas, em jogatina, em deboches, gastam mais num dia do que um trabalhador ganha num ano inteiro, num ano de duro esforço, num ano de privações dos seus entes queridos, num ano em que numerosas vezes joga a própria vida, como é o caso dos pescadores.

A verdade é naturalmente completamente contrária.

Enquanto os grandes capitalistas, os grandes banqueiros, os grandes industriais, os grandes armadores, os grandes agrários, sabotam a economia, levaram para o estrangeiro milhões de contos, reduziram a laboração das fábricas, conduziram à falência centenas de empresas, provocaram o desemprego, enquanto estes grandes senhores se estabeleciam, em cidades estrangeiras, vivendo em palácios, comendo a tripa torra, gastando milhões roubados ao esforço, e ao estômago dos trabalhadores portugueses, os trabalhadores mantinham em laboração as empresas sabotadas e conduzidas à falência pelo patronato, e ocupavam terras abandonadas para nelas fazerem nascer novas searas, sujeitando-se para isso a grandes canseiras e a grandes privações.

O PCP tem a certeza de que os trabalhadores estariam dispostos a sacrifícios, se tal fosse necessário para aumentar a produção, criar condições de estabilidade económica, promover o desenvolvimento da indústria, da agricultura, da pesca, tudo para assegurar o futuro dos seus filhos e o bem-estar do país.

Mas os trabalhadores não podem aceitar passivamente que se agravem subitamente as suas condições de vida, no preciso momento em que se defende a manutenção dos altos rendimentos e dos altos vencimentos, em que há dinheiro para pagar a fascistas saneados, mas não há dinheiro para ajudar a formação de cooperativas de pescadores, em que se prepara o pagamento de grandes indemnizações aos grandes capitalistas e aos grandes agrários, em que se contraem grandes empréstimos com esse fim, em que milhares e milhares de parasitas que nada fazem de útil para o país, gastam em jantardas, em pandegas, em passeatas, em jogatina, em deboches, gastam mais num dia do que um trabalhador ganha num ano inteiro, num ano de duro esforço, num ano de privações dos seus entes queridos, num ano em que numerosas vezes joga a própria vida, como é o caso dos pescadores.

O que está a dar ao povo a hegemonia PS-PPD

Há quem tome a responsabilidade da política que faz. Há outros que fazem o mal e a caramunha. Responsáveis por uma política procuram sacudir a água do capote e lançar as culpas para terceiros.

Ainda hoje, nos jornais, vem publicada uma nova nota do PS como tem sido publicadas outras do PPD em vez de apontar as responsabilidades dos grandes capitalistas, dos grandes agrários, dos grandes armadores, dos grandes exploradores como Henrique Tenreiro (que deixou fugir numa altura em que gente progressista enche as prisões), novamente ataca as forças progressistas, dizendo que o PCP é responsável pelas dificuldades económicas actuais.



Alguns dos participantes na heroica jornada de há dezasseis anos, quando da célebre fuga do Forte de Peniche, estiveram presentes no comício realizado naquela vila

A esta campanha há que responder com algumas palavras. Nós os comunistas, embora nunca tivéssemos tido no governo as pastas da economia e de finanças, sempre propusemos e lutamos por medidas concretas para vencer as dificuldades económicas, defendendo ao mesmo tempo os interesses dos trabalhadores e a construção duma sociedade mais justa a caminho do socialismo. Inversamente, o PPD e o PS de forma mais ou menos aberta, propuseram sempre uma política de defesa dos interesses dos capitalistas e agrários, uma política anti-operária e antipopular, uma política que visava sempre ganhar as boas graças do capital à custa dos sacrifícios do mundo do trabalho.

Agora que o PS e o PPD alcançaram a hegemonia no governo e o mando das pastas da economia e das finanças aí tendes a sua verdadeira política nua e crua.

Nós sabemos que aqui, nesta região, nas eleições de Abril passado muita gente votou no PS e no PPD, com a esperança de que esses partidos defenderiam os seus interesses. No conselho de Peniche votaram no PS 6600 pessoas e no PPD 2500. Houve pois muita gente que acreditou nesses partidos e nas acusações por eles lançadas contra os comunistas, como se os comunistas fossem os responsáveis de todas as dificuldades económicas.

Aqueles que, em Abril votaram PS e PPD, a essas pessoas enganadas, aqui dizemos. Ai tendes o que nos dão esses partidos. Ai tendes o congelamento de salários e o brutal aumento dos preços e dos impostos.

Aumenta dum pulo de 5\$00 em litro a gasolina e \$70 por quilo o fuel-óleo. Aumenta o preço dos bilhetes dos transportes em Lisboa, Porto e Coimbra (dos eléctricos, do metropolitano, dos taxis, dos barcos). Aumentam as tarifas dos correios e a taxa da televisão. Os jornais anunciam que se prepara o aumento do pão, da electricidade, da cerveja, do algodão, do cimento, da carne, do peixe congelado, do leite, do queijo, da manteiga, e dos cereais.

Tudo aumenta e tudo vai aumentar, ao mesmo tempo que se decreta o congelamento da contratação colectiva, isto é, que se impede durante meses a actualização dos salários dos trabalhadores.

Isto significa que as condições de vida dos trabalhadores irão piorar rapidamente. Significa que com o mesmo salário se comprará muito menos e cada vez menos do que se tem comprado.

Devo aqui dizer claramente, para evitar quaisquer especulações, que o PCP não foi ouvido nem achado para estas medidas, que não foi consultado, que nada tem a ver com elas e que portanto não assume a menor responsabilidade nem pelo que significam, nem pelas suas consequências.

Esta é a política económica do PS e do PPD. Não é a política económica do PCP.

Podem a mentira e a demagogia enganar durante algum tempo as massas populares. Mas a verdade, mesmo que a procurem manter afundada na mais negra profundidade, acabará sempre por vir à tona de água, à luz do sol, e impôr-se a toda a gente de boa fé.

O PCP é o partido dos trabalhadores. É o partido da verdade. Apesar da grande campanha anticomunista, cada dia os trabalhadores, os camponeses, as massas populares, compreendem melhor e apoiam o Partido, que, em todas as circunstâncias, defende e defenderá os seus interesses.

Contra métodos de repressão para impor uma política antipopular

Para sair da profunda crise que se atravessa é necessário que a política adoptada pelo governo seja compreendida pelo povo e apoiada pelo povo.

Pode o povo apoiar uma política que, em vez de fazer pagar aos ricos o preço das dificuldades económicas e financeiras, procura que sejam os trabalhadores a pagá-las, congelando salários e provocando um súbito e brutal aumento dos preços? Não, o povo não pode apoiar tal política.

Pode o povo apoiar uma política que, em vez de claramente marcar como objectivo a consolidação das grandes conquistas da revolução, como as nacionalizações e a reforma agrária, é acompanhada de afirmações de dirigentes responsáveis que começam a pôr em causa essas conquistas? Não, o povo não pode apoiar uma tal política.

Pode o povo apoiar uma política que, em vez de procurar atender os interesses, às aspirações, ao sentir, às opiniões das massas trabalhadoras, se procura impor a estas por meios administrativos e ameaças de repressão? Não, o povo não pode apoiar tal política.

Pode o povo apoiar uma política que em vez de assegurar as liberdades as limite dia a dia? Não, o povo não pode apoiar tal política.

E esta é, camaradas, uma das nossas justas preocupações. As preocupações em que alguém pensa impor uma política antipopular, uma política económica que faz cair sobre os trabalhadores todo o peso das dificuldades, uma política generosa para os ricos e dura e cruel para os pobres, que alguém pense impor tal política através da limitação das liberdades e de medidas de repressão.

E certo que a batalha pela liberdade e pela democracia em Portugal, para ser vitoriosa, necessita que seja também vencida a batalha económica, a batalha para vencer a depressão, para vencer os déficits, para aumentar a produção. Há, porém, dois caminhos para vencer essa batalha económica.

Um é com os trabalhadores. Outro é contra os trabalhadores. Um é o caminho da recuperação do poder económico pelo capitalismo monopolista e pelos grandes agrários (e isso significa a instauração duma nova ditadura). Outro é o caminho da consolidação das reformas económicas (designadamente as nacionalizações e a reforma agrária) realizadas pela revolução, o prosseguimento da construção duma democracia política e duma democracia económica.

O PCP continua a considerar inseparável a defesa das liberdades e a defesa das outras conquistas da revolução, designadamente as nacionalizações e a reforma agrária. Continuamos a considerar inseparável a construção duma democracia política e a construção duma democracia económica.

Uma política económica antipopular será inevitavelmente acompanhada por recuos aos métodos repressivos, o que põe em risco as próprias liberdades, a própria democracia em Portugal.

É não só em nome dos interesses económicos dos trabalhadores e das mais amplas massas populares mas em nome da defesa das liberdades, que o PCP luta e lutará por uma política económica que faça pagar mais aos ricos que aos pobres o peso das dificuldades.

É necessário salvaguardar as liberdades

É com profunda preocupação que vemos caminhar paralelamente medidas económicas antipopulares e tendências para limitações às liberdades e direitos dos cidadãos.

Que se passa nos órgãos de comunicação social?

Nós, os comunistas, nunca fomos partidários da anarquia, dos excessos de linguagem, do verbalismo irresponsável e por vezes aventureiras nesse sector. Mas sempre defendemos e continuamos defendendo as mais amplas liberdades democráticas e sempre nos manifestámos contra o controle governamental e o dirigismo partidário nos órgãos de informação do Estado.

Que vemos agora? Aqueles mesmo que acusavam o PCP de querer monopolizar os meios de comunicação social assaltam vorazmente a televisão, a rádio e os jornais, despedindo as dezenas de jornalistas e trabalhadores cuja única falta é serem antifascistas e não serem do partido ou partidos assaltantes.

Que se não diga que esses democratas são afastados das suas funções por estarem implicados nos acontecimentos do 25 de Novembro, quando na verdade, muitos deles nem sequer na altura estavam de serviço.

Nunca se havia assistido a uma tão completa tentativa de pôr ao serviço monopolista de uma direcção partidária, ao serviço dum partido ou partidos governantes (que hoje estão no governo, mas amanhã podem não estar) os grandes meios de informação pertencentes ao Estado, pagos pelo dinheiro do povo.

Que sucedeu com os dois grandes jornais de Lisboa «Diário de Notícias» e o «O Século»? Pataca a mim, pataca a ti, os dois partidos que, diziam defender o pluralismo, dispoendo do poder no governo, ficaram um com um, outro com outro, oficialmente.

Jornais que custam ao estado milhares de contos cada mês são repartidos como presa de guerra por partidos do governo, que logo procedem à limpeza geral e nomeiam para directores e chefes de redacção sobrinhos e afilhados.

Deve dizer-se que o PCP foi convidado a participar também na partilha do bolo, mas se recusou a participar como cumplice numa operação que na situação existente tinha como visível objectivo o abafar de importantes sectores progressistas da Informação e do assalto pelos partidos do governo aos meios de comunicação social do Estado.

Não é com tais métodos que se assegura a liberdade e o pluralismo.

Ao mesmo tempo que se desenvolve esta nova política de informação, desenvolve-se uma febril campanha contra as organizações, operárias, contra os sindicatos, contra as ligas dos pequenos e médios agricultores e multiplicam-se as afirmações e manobras de intimidação para aqueles que entendem que a democracia lhes dá o direito de ter e manifestar uma opinião, de estar de acordo ou em desacordo, de aprovar ou de criticar, de se organizar, de defender os seus interesses, de se reunir, de manifestar-se.

Já se fala em eleições. Já está em princípio marcada data. Nós somos pela realização de eleições. Mas para que as eleições sejam verdadeiramente livres, para que o nosso povo possa votar em consciência, é necessário que se ponha prontamente fim à situação antidemocrática que existe em vastas zonas do país, é necessário que prontamente seja assegurado o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional. Sem isso não poderá haver eleições dignas desse nome.

Eu peço, camaradas, que ouçam com serenidade as palavras que vou dizer. Peço que contenham a indignação e que não se precipitem em palavras de ordem, gritos hostis a tal ou a tal força, ou tal ou tal homem, palavras e gestos que poderiam não contribuir para vencerem as dificuldades que temos por diante num momento tão complexo e perigoso como aquele que atravessamos.

Refiro-me aos acontecimentos de Custóias e Caxias. O PCP, em nota da Comissão Política do Comité Central com data de ontem reprovou severamente os acontecimentos, requereu um rigoroso inquérito aos acontecimentos e apelou aos responsáveis do MFA, das Forças Armadas, para que, a fim de assegurarem as liberdades, a ordem e a tranquilidade pública, sejam dadas ordens estritas, de forma a que tais acções não voltem a repetir-se.

Os incidentes de Custóias e Caxias, entre muitos outros aspectos preocupantes, podem fazer surgir um perigo maior: contribuir para de novo cavar um fosso entre as massas populares e as forças armadas, para destruir a aliança que está na raiz dos êxitos da nossa revolução e da sua defesa ao longo de mais de ano e meio, e que, hoje ainda, é a mais sólida base em que pode assentar a consolidação das liberdades e das outras conquistas alcançadas e a construção dum Portugal democrático a caminho do socialismo.

Pela nossa parte, tudo faremos e tudo faremos, para que, apesar da complexidade da situação, das contradições, dos choques e conflitos, essa aliança do povo com os militares se mantenha, se defenda, seja a melhor garantia do novo Portugal que despontou em 25 de Abril de 1974 depois dum longo período fascista de quase meio século.

A aliança povo-militares indispensável à democracia

O 25 de Abril de 1974, pela acção libertadora do MFA e das Forças Armadas, realizou um milagre que ninguém previa. Não apenas a reconciliação do povo com forças militares que haviam servido de suporte a uma ditadura fascista e a uma política de opressão e guerra colonial, mas a amizade, o respeito, a aliança Povo-MFA, imitando povo e militares na mesma obra e na mesma alegria da libertação, na mesma obre de edificação duma vida nova, livre e feliz.

Ao colocar os cravos nas espingardas, ao cobrir com flores os oficiais, sargentos, soldados e marinheiros, o povo propôs-se abrir uma nova época histórica, em que não mais as forças armadas seriam aliadas ou opostas ao povo, mas parte integrante do povo, postas pela revolução ao serviço do próprio povo.

Um ano e meio de revolução, de esforços, de lutas, de realizações, mais fortalecem essa aliança, unindo na mesma aspiração geral e fundamental Portugal e portugueses, fardados ou não.

Em relação à GNR e à PSP, cujas tradições no tempo do fascismo tinham cavado mais fundas feridas na memória do povo, cicatrizaram

muitas dessas feridas, factos novos aproximaram povo e militares, em muitas partes criaram-se relações de entendimento e apoio recíproco do povo com as forças militarizadas.

É necessário que tão alta aquisição da revolução portuguesa se não perca por motivo das divisões e conflitos que surgiram com o MFA, por motivo dos graves acontecimentos e por acções inconsistentes.

Ao mesmo tempo que apelamos para as forças democráticas, para as massas populares, para que se não deixem arrastar pela exaltação esquerdista e provocatória (muitas vezes soprada pela direita) para formas de luta radicalizadas e muito menos para incitamentos a confrontos com forças militares e militarizadas, apelamos para o MFA, para todos os dirigentes militares, para os oficiais, sargentos, soldados e marinheiros, para que se mantenham sempre ao lado do povo, para que, em vez de reprimir, assegurem, sempre e em todas as circunstâncias, o exercício das liberdades e direitos dos cidadãos, que constituem um precioso bem, alcançado pelo povo português com a revolução do 25 de Abril.

O movimento operário e popular o mais sólido baluarte da revolução

O movimento operário e popular é hoje o mais sólido baluarte das liberdades e da democracia.

Contando a sua forte vanguarda revolucionária, com partidos e organizações políticas progressistas, assente em sólidas organizações de massas, no poderoso movimento sindical, nas Ligas de Pequenos e Médios Agricultores, numa ampla e mobilizadora rede de Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores, Assembleias Populares e outras formas de organizações unitárias de base, em movimentos diversificados muito diversos — da juventude, das mulheres, da paz e outros — o movimento operário e popular aparece como uma corrente social e política vasta e coesa, unida por razões objectivas, por interesses comuns.

Por isso a reacção se esforça por dividir, desorganizar e enfraquecer o movimento operário e popular. E por isso todos os revolucionários, todos aqueles que querem salvaguardar as liberdades, têm de, como um dos deveres supremos da hora presente, tudo fazer para consolidar e reforçar a coesão e a unidade desse grande e poderoso movimento de massas.

Consolidar e reforçar a coesão do movimento sindical como uma política de classe liberta da estreiteza sectária.

Consolidar e reforçar a coesão e a actividade das organizações camponesas.

Consolidar e reforçar a coesão e intervenção mobilizadora e criadora dos organismos unitários de base.

Na grande frente social interessada na revolução, estão interessadas a classe operária, os empregados, os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, a intelectualidade, os artesãos, todas as classes e camadas não-monopolistas.

Só não estão interessados na revolução os grandes capitalistas e os grandes agrários. Estes constituem a base social da reacção e do fascismo. Com estes não há compromissos possíveis, porque são o inimigo jurado das liberdades, os exploradores impiedosos dos trabalhadores e das mais vastas massas da população.

Com a sua propaganda mentirosa, a reacção consegue enganar muitos pequenos e médios agricultores. Consegue convencê-los de que os comunistas são os responsáveis das suas dificuldades, de que os comunistas lhes querem tirar as terras e outros bens. É necessário levar a verdade até aos pequenos e médios agricultores. É a verdade é que são os grandes capitalistas e os grandes agrários os seus verdadeiros inimigos. São os grandes capitalistas e os grandes agrários que os exploram, que lhes emprestam dinheiro a elevados juros, que lhes impedem o acesso aos mercados porque os querem só para si, que lhes impõem altos preços dos produtos necessários à agricultura, que no fim de contas os condenam às dificuldades e muitas vezes à ruína. E os seus verdadeiros aliados, os seus verdadeiros amigos, são os trabalhadores da cidade e do campo, e com eles os comunistas.

Os perigos existentes tornam hoje mais do que nunca necessária uma política de unidade. Em toda a parte, os comunistas devem pôr de parte quaisquer tendências sectárias, dar provas de compreensão para com os aliados, desenvolver uma acção persistente, paciente, firme e confiante, para unir na luta pelos objectivos da revolução todos os que estão nela interessados e são a maioria esmagadora da população portuguesa.

O PCP ao serviço do povo e da pátria

Na unidade da classe operária e das massas populares, na unidade de todas as forças democráticas o PCP representa um decisivo papel.

Um novo Portugal democrático não se pode construir sem o PCP, sem a intervenção e a acção dos comunistas em todos os aspectos e níveis da actividade nacional, incluindo na acção governativa.

Como sabeis, está em discussão a recomposição do VI Governo Provisório. Como também sabeis, o PCP participa nas conversações que se estão a realizar com esse objectivo.

Existe o risco, se não se chegar a um acordo, de nova e ainda mais acentuada guinada para a direita. Por isso, fazemos todos os esforços para que isso não se dê. Discutimos com paciência e procuramos chegar a um acordo. Para uma política que sirva o nosso povo. Para podermos ser úteis à revolução.

O povo trabalhador conhece os comunistas e tem confiança nos comunistas.

O PCP nunca apoiará uma política dirigida contra os trabalhadores, contra os operários e os camponeses do nosso país.

O PCP nunca apoiará uma política dirigida contra as liberdades alcançadas com o 25 de Abril.

O PCP nunca apoiará uma política de obscurantismo, de mentira, de desinformação, de estrangulamento cultural e artístico.

O PCP nunca apoiará uma política lesiva dos interesses do nosso país e atentatória da soberania e da independência nacional.

Podeis estar certos. Onde quer que esteja um membro do PCP, seja nas fábricas, seja nos campos, seja nos portos, seja em que lugar de trabalho seja, seja no próprio governo, ele está aí para defender os interesses populares e nacionais, para defender a liberdade, a democracia, a paz, a independência de Portugal.

///

Hoje, dia 3 de Janeiro, viemos aqui porque passaram precisamente 16 anos desde a fuga do Forte de Peniche de uma dezena de militantes do PCP, entre os quais eu próprio me encontrava.

Esses homens não arriscaram a vida e não fugiram do forte para tratar da sua vida pessoal. Arriscaram a vida e fugiram do forte para voltarem à luta nas fileiras do seu Partido, para de novo mergulharem nas dificuldades e nos constantes perigos da vida clandestina, para de novo se colocarem ao lado da classe operária e do povo português na luta pelos seus interesses vitais e pela conquista da liberdade, para de novo arriscarem a liberdade e a vida se necessário, ao serviço do povo e da pátria.

Depois da fuga, alguns desses camaradas caíram de novo nas mãos da PIDE, foram torturados, novamente condenados a longos anos de prisão.

O povo conhece os seus amigos, não nas horas fáceis da vitória, em que se multiplicam o número de oportunistas, mas nas horas difíceis, nas horas de perigo, nas horas em que servir o povo pode significar viver ou morrer.

A classe operária, os pescadores, os camponeses, os intelectuais, a juventude, as mulheres, os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, todos os explorados e oprimidos, todas as vítimas das discriminações e injustiças, podem estar absolutamente certos de que o PCP, os seus militantes, os seus dirigentes, tal como no passado, estarão hoje e estarão sempre, em quaisquer circunstâncias, nas horas boas e nas horas más, sejam quais forem as provas que lhes sejam exigidas, mesmo que isso lhes custe a vida, estão e estarão sempre ao serviço do povo trabalhador, ao serviço da causa da liberdade, da democracia, do socialismo.

O PCP apela para a unidade dos trabalhadores, para o reforço da aliança da classe operária com o campesinato, para a unidade de todos os homens e mulheres democratas e progressistas, para a consolidação da unidade do MFA, para a criação duma ampla frente que se oponha firmemente às ameaças da reacção, que impeça o regresso ao passado fascista, que assegure a defesa das liberdades, das nacionalizações e da reforma agrária, que torne irreversível a construção do novo Portugal democrático, a caminho do socialismo.

Viva a Revolução Portuguesa!

Viva a unidade da classe operária e a unidade das massas populares!

Viva a unidade de todas as forças democráticas e progressistas!

Viva a aliança Povo-MFA!

Viva o Partido Comunista Português!



A UEC ANALISA A SITUAÇÃO NO ENSINO

Através de uma análise da situação criada nas escolas após os últimos acontecimentos políticos, a U.E.C. elaborou um documento onde se apontam as tarefas dos estudantes integrados no movimento estudantil e no processo revolucionário

Numa reunião efectuada no dia 20 de Dezembro de 1975, a Comissão Central da União de Estudantes Comunistas (UEC), após amplo debate sobre a situação do movimento estudantil, as ameaças e inimigos que enfrenta e a sua acção, elaborou um documento fundamental para todos os estudantes progressistas, onde se salienta a necessidade da juventude portuguesa, através de um amplo movimento unitário, se integrar plenamente nas lutas dos trabalhadores a assegurar ao mesmo tempo as conquistas já alcançadas no ramo do ensino.

A análise política que a Comissão Central da UEC desenha no início do seu documento, a par do quadro político, reflecte os sentimentos que animam os estudantes revolucionários e sua inalienável determinação em defesa dos ideais democráticos.

O alarido do perigo da contra-revolução fascista e a defesa das liberdades, a defesa das outras conquistas revolucionárias do nosso Povo, a unidade de todos as forças sociais e políticas, civis e militares, interessadas nesse objectivo — tais são as tarefas e o caminho apontado pelo CC da PCP para que seja assegurada, com êxito, a continuação da revolução a caminho do socialismo.

Esta situação exige, hoje como sempre, que o Movimento Estudantil fortifique a sua unidade combativa com o povo trabalhador, com o movimento operário e popular em torno da defesa das liberdades, no combate à contra-revolução, pela consecução dos saneamentos à esquerda e pelo fim das perseguições políticas a militares e civis revolucionários por motivo e a pretexto dos acontecimentos do 25 de Novembro, pela defesa da ordem democrática e a garantia do exercício dos direitos e liberdades dos cidadãos em todo o território nacional.

A manifestação dos estudantes de Coimbra em 27 de Novembro e o desenvolvimento de um amplo movimento de opinião nas 3 Academias, pela libertação dos militares revolucionários presos, são um testemunho claro de que os objectivos políticos imediatos do movimento popular ganharão as escolas e as massas estudantis.

Os estudantes comunistas, por intermédio deste documento, denunciam a actividade contra-revolucionária de organizações abertamente fascistas ou com capa de esquerdistas que, utilizando os mesmos métodos, desencadearam, logo após o 25 de Abril, acções comuns de sabotagem às conquistas democráticas (gestão e novos conteúdos de ensino), impediram o completo saneamento

to de elementos comprometidos com o fascismo e promoveram a reintegração de saneados.

Inserido nos seus intentos anti-democráticos, o assalto aos órgãos de controlo estudantil por parte destas forças reacçãoárias constitui um dos muitos factores que tem dado origem à indignação de estudantes progressistas, aliados do povo trabalhador na luta contra o fascismo e a exploração.

Em Castelo Branco, Santarém, Porto, Coimbra e mesmo em Lisboa, a acção conjunta de elementos contra-revolucionários ameaça estudantes progressistas, contrária as decisões tomadas em plenários democráticos, boicota acções e iniciativas, fomenta os ataques à vida democrática nos estabelecimentos escolares.

E salienta o documento da UEC: Em contrapartida, nas escolas onde domina a direita, como a Faculdade de Direito de Lisboa ou o Instituto Superior Técnico, o caos pedagógico é total, pois aí os fascistas jogaram abertamente na degradação das condições de ensino, procurando ao mesmo tempo responsabilizar o processo revolucionário pela situação dessas escolas.

O MEIC NÃO SERVE OS INTERESSES DOS ESTUDANTES

Por outro lado, o MEIC e muito especialmente alguns dos seus sectores, revela-se incapaz de fazer frente aos mais graves problemas que afectam o ensino na sua globalidade, facilitando objectivamente a ofensiva reacçãoária nos estabelecimentos de ensino.

Medidas como a reintegração de elementos comprometidos com o regime salazarista, a concretização de saneamentos à esquerda, a suspensão da Rádio Estudantil e outras, transformam a política do MEIC em apoios e estímulos para os bandos de fascistas (e respectivos laiaços) perseguirem a sua acção terrorista e provocatória.

Segundo o documento da Comissão Central da UEC, são de salientar «as medidas de selecção com carácter profundamente de classe, elitista e até repressivo, que estão a ser utilizados pelo actual ministério como tentativa para resolver o grave problema da superlotação. O número *clausus* não só para Medicina como para diversas outras faculdades é uma ameaça real e grave que paira sobre os estudantes. Neste contexto se inserem as recentes decisões de mandar para o Serviço

Cívico os estudantes do 5.º ano de Medicina de Lisboa, mas também todas as infames e ultrajantes declarações do Sr. Brotas, secretário de Estado do Ensino Superior».

A FORÇA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A ameaça do fascismo e as medidas repressivas e anti-democráticas que se têm abastido sobre o Movimento Estudantil não conseguem quebrar a flexibilidade e a diversificação da actividade organizada dos estudantes. As experiências vindas do tempo da ditadura fascista e a força unitária do ME, constituem, na verdade, alicerces da luta antifascista encetada pelos estudantes progressistas nos liceus e nas escolas.

A luta no Ensino Secundário pela reabertura das aulas e contra a superlotação, a luta contra o serviço cívico e a luta dos estudantes de Medicina de Lisboa são a prova bem evidente da vitalidade e da força do Movimento Estudantil.

Aproxima-se um período de grande actividade eleitoral nas escolas. Os estudantes revolu-

cionários devem unir todos os seus esforços para a elaboração de listas onde imperem os fundamentos democráticos e unitários, para que o Movimento Estudantil saia desta fase mais forte e coeso.

O documento da Comissão Central da UEC refere-se ainda à actividade das Associações de Estudantes como centros de toda a vida cultural e desportiva nas escolas (em estreita ligação com os órgãos unitários de base das populações) e instrumentos de salvaguarda dos interesses das camadas estudantis.

Associações como a de Direito e do IST, que não são mais do que delegações dos grupelhos provocadores e centros irradiadores da contra-revolução, constituem situações que têm de ser resolvidas.

A Reforma Geral do Ensino, o reforço a nível global de todo o movimento associativo e a defesa das conquistas democráticas já alcançadas continuam a nortear toda a actividade dos estudantes comunistas.

Combatendo as concepções sectárias e caminhando lado a lado com a classe operária, a UEC, vanguarda revolucionária dos estudantes portugueses, saberá desempenhar o importante papel que lhe cabe na Revolução.

PROVOCAÇÕES REACCIÓNÁRIAS

No passado domingo, às 19 e 30, a pacata vila de Casais, no concelho de Monchique, foi invadida pelos reacçãoários da sede do concelho que arrogantemente se dirigiram à cooperativa de Casais. Com o pretexto de irem «à procura de armas», arrombaram a porta da cooperativa e espancaram quem encontraram na sua frente. Chegaram mesmo a atravessar um automóvel na frente da camioneta de um conhecido antifascista e fizeram-no saltar da cabina, após o que o espancaram. A desordem durou até à 1 e 30 da madrugada com gritos de morte aos comunistas.

Tudo isto teve origem numa reunião que horas antes se realizou na cooperativa, na qual participou grande parte da população local que quer sair da alçada dos caciques da região. Estes vendem as coisas ao preço que querem e a quem querem.

A ideia da cooperativa de consumo, podendo estender-se à criação de cooperativas de produção, constitui uma ameaça para os intermediários, que têm vindo a instalar no concelho um verdadeiro clima de terror.

COMUNICADO DO PCP

Entretanto, a Comissão Concelhia de Monchique do nosso Partido emitiu um comunicado acerca dos acontecimentos no qual alerta para os actos de violência e terrorismo.

Afirma-se a determinado passo do comunicado «Mais uma vez os mosqueteiros de Monchique e os seus acólitos de Portimão se dedicaram a actos de vandalismo, agora contra a cooperativa de Casais. Esta cooperativa foi o alvo, mas a história vem de longe: com intimidações, com espantamentos, querem os «amantes e defensores da democracia pluralista» fazer reinar em Monchique «a ordem e a disciplina reacçãoária» que os senhores José Loulé, Rogério Gervasio, José de Sousa Chaparro, José Manuel Nobre Furtado e José Boaventura Duarte (estes três últimos destacados dirigentes locais do PPD) querem fazer reinar naquela região».

E, mais adiante: «A Comissão Concelhia do PCP alerta todos os antifascistas para que não permitam que Monchique seja o Rio Maior do Algarve. Passividade da GNR perante as desordens que estes arruceiros têm provocado no concelho».

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

K. Marx — F. Engels



aconselhado aos estudantes de HISTÓRIA e de FILOSOFIA das universidades e liceus

Compre nas livrarias ou peça à Editorial «Avante!»

Av. Santos Dumont, 57-2.º Lisboa 2

A melhor e mais completa edição do «Manifesto», a única edição crítica em língua portuguesa

Preço 30\$00

edições Avante!

COOPERAÇÃO ECONÓMICA LUSO-ROMENA

No prosseguimento da sua política de cooperação e não ingerências nos assuntos internos de cada país, a Roménia estreita amplas relações económicas com Portugal

Na passagem do 28.º aniversário da proclamação da República Socialista da Roménia, o camarada Marin Iliescu, embaixador deste país em Lisboa, recebeu no passado dia 29 de Dezembro os órgãos de Imprensa.

O significado histórico e político das diversas etapas que culminaram na libertação do povo romeno, a sua actividade (económica, social, cultural e política) nestes últimos anos e as relações bilaterais luso-romenas, foram os principais aspectos abordados neste encontro com os jornalistas portugueses.

Depois de se ter referido ao papel desempenhado pela Imprensa na divulgação das tarefas realizadas pelos trabalhadores romenos, da sua política interna e externa e da sua civilização, o diplomata romeno historiou em linhas gerais as fases que antecederam o 30 de Dezembro de 1947.

«A abolição da monarquia, fruto da luta dirigida pelo Partido Comunista Romeno — afirmou o camarada Iliescu — foi um acontecimento de grande importância na história contemporânea da Roménia. O período depois de 23 de Agosto de 1944 — data de libertação da Roménia da dominação fascista — caracterizou-se pelas grandes lutas revolucionárias pela reedificação da economia nacional, pelas reformas económicas e sociais de carácter democrático e revolucionário.»

A insurreição nacional antifascista e anti-imperialista de 23 de Agosto de 1944 inaugurou um período de profundas mudanças renovadoras, marcando o começo da revolução popular na Roménia e abrindo as perspectivas à orientação socialista, que se viria a desenhar mais tarde.

Em 12 de Setembro, a Roménia assinou em Moscovo a convenção de armistício com as Nações Unidas. Os exércitos romeno e soviético travaram sangrentos combates contra as hostes nazis, nos territórios da Hungria e da Checoslováquia.

O fascismo hitleriano é afastado da Europa.

Nas novas condições as massas populares, sob a direcção do PCR, passaram à aplicação na prática de alguns objectivos radicais.

Em Outubro de 1944, realizou-se sob a direcção dos co-

munistas romenos uma nova organização das forças democráticas e patrióticas na Frente Nacional Democrática (FND).

Em Janeiro de 1945, a unidade do movimento sindical foi refeita pela criação da Confederação Geral do Trabalho e, entretanto, o proletariado rural, apoiado pelos operários, esboça os primeiros movimentos para a Reforma Agrária. Sob a pressão da luta das massas, os governos reacçãoários, dirigidos pelos generais Sanatescu e Radescu, foram afastados do poder e em 6 de Março de 1945 foi formado o Governo democrático presidido pelo Dr. Petru Gроза. Alguns membros da FND, assumem, neste período histórico, cargos de responsabilidade no aparelho governativo.

Um horizonte progressista abre amplas perspectivas para o povo trabalhador da Roménia. Em 22 de Março de 1945 foi legislada a Reforma Agrária que distribuiu aos camponeses pobres mais de 1 100 000 hectares de terra, liquidando-se, deste modo, os vestígios da grande propriedade na agricultura romena.

Em Outubro de 1945 realizou-se a Conferência Nacional do Partido Comunista Romeno que colocou no centro das suas preocupações a reconstrução e o desenvolvimento da economia nacional, com base no incremento da indústria, principalmente a pesada, o melhoramento das condições de vida da população e o reforço da unidade da classe operária e de todos os trabalhadores.

Após a realização das primeiras eleições parlamentares do pós-guerra, em que o bloco dos Partidos democráticos (unidade das forças progressistas dirigida pelo PCR), venceu com larga margem, foram tomadas sucessivas medidas tendentes à tomada do poder pelos trabalhadores.

A consolidação do regime democrático a caminho do socialismo fez com que, em 30 de Dezembro de 1947, o rei Miguel abdicasse, tendo-se proclamado em seguida a República Popular da Roménia. A Assembleia dos Deputados assumiu o poder legislativo enquanto não foi formada a Assembleia Legislativa Constituinte. Uma mesa presidencial (presidium) da República recém-formada toma o poder executivo

através de cinco membros. O Governo será constituído pelo Partido Social-Democrata, pelo Partido Comunista Romeno, pelos Sindicatos e pela Frente dos Lavradores.

UM POVO QUE CONSTRÓI O SOCIALISMO

O camarada Iliescu falou, em seguida, das realizações do seu país nestes últimos anos, detendo-se em particular no plano principal que dominou a vida económica romena de 1971 a 1975.

«Em 18 de Dezembro de 1975, o presidente da República Socialista da Roménia falou na sessão da nossa Grande Assembleia Nacional, salientando as grandiosas realizações do povo romeno durante o quinquénio de 1971 a 1975 e sobre a política externa da Roménia, em serviço da paz e da cooperação internacional.

«O camarada Nicolau Ceausescu salientou que o Quinquénio se caracterizou por um desenvolvimento impetuoso da base técnica e material da sociedade, pelo aperfeiçoamento contínuo das relações de produção e sociais, pelo desenvolvimento harmonioso de todos os ramos da economia nacional e pelo crescimento poderoso da riqueza nacional.»

Em relação aos objectivos atingidos neste último plano, o embaixador romeno diria ainda:

«...O plano foi concluído cinco meses mais cedo, em comparação com os Directivos do Décimo Congresso e com dois meses de antecedência em relação às previsões estabelecidas no plano.

«Realizou-se um vasto programa de investimentos, que assumiu o montante de 1 086 000 000 de contos. Neste período foram construídas mais de 2 200 unidades industriais e agropecuárias. A produção industrial aumentou em cerca de 84% em relação a 1970.

«Ao mesmo tempo — prosseguiu o camarada Iliescu — assistiu-se ao desenvolvimento do ensino, das ciências e da cultura e da democracia socialista, não obstante a crise do capitalismo, que se tem reflectido na Roménia, devido às relações com o exterior.»

ALGUNS ASPECTOS DO ANO DESPORTIVO

Estão a dar-se passos importantes para uma tomada de consciência do significado do desporto como direito do povo e como factor educativo

No âmbito de mais um ano do nosso processo revolucionário, o desporto no nosso país traduz-se por aspectos muito positivos, sobretudo no que diz respeito à dinamização duma prática de massas.

Uma constante, a de que a recuperação do atraso acumulado que o fascismo nos legou só poderá ser ultrapassado na medida do avanço dos restantes sectores da vida social, um vez que o fenómeno desportivo está naturalmente condicionado por razões de base. Dir-se-á que os problemas do desporto e da educação física não são prioritários. Em princípio assim é. Mas cabe perguntar: não são prioritários em relação a quê? Não o são com certeza em relação à Reforma Agrária e à melhoria das

condições de vida das classes trabalhadoras. Mas deverão sê-lo em relação a outras coisas se tivermos de considerar a prática do desporto como direito do povo e como factor educativo indispensável à juventude.

Numa visão necessariamente rápida de mais uma época desportiva, temos de convir que os clubes (grandes e pequenos) de futebol constituem de facto as células duma modalidade em que possuímos prestígio internacional. Mais: para um desporto em profundidade, e tendo em conta a nossa realidade, temos de partir desses clubes, proceder a uma reconversão onde for caso disso e os respectivos associados o julgarem conveniente para que em vez de

instrumentos de relações públicas e promoção económica de banqueiros ou construtores, esses clubes se transformem em escolas de convívio fraternal e de prática desportiva humanística.

A nível de alta competição temos que o Benfica (campeão nacional), Boavista (vencedor da Taça e neste momento «leader» do campeonato) e Belenenses (vencedor da Taça Intertoto) se evidenciaram no plano internacional.

Por outro lado, em numerosos clubes da II e III Divisões aponta-se já para formas diferentes de actualização e em muitos outros estão a ser criadas secções culturais que funcionam paralelamente com as modalidades desportivas. Em certo sentido caminha-se para a ultrapassagem da confusão entre força regional e força clubística, como acontecia antes do 25 de Abril.

ACTIVIDADE DO INATEL

Digno de realce o papel do INATEL no capítulo da renovação desportiva dentro dos limites que lhe são característicos. A delegação de Coimbra, por exemplo, esteve empenhada na realização de Torneios Abertos extensivos a todas as modalidades, os quais tiveram (e têm) o apoio da Direcção-Geral de Desportos, a participação da Associação Académica de Coimbra, Liceus, Escolas, Região Militar do Centro (GNR, PSP, CICAFF, etc.) e União dos Sindicatos de Coimbra.

Estas iniciativas do INATEL subordinam-se à consigna «Não ao desporto pelo desporto, mas desporto como direito do povo». Para monitores, treinadores, árbitros, médicos (medicina desportiva), etc., segundo uma concepção democrática que contraria a existência dum lugar ao sol apenas para um punhado de burgueses. E cabe perguntar: será esta política antifascista uma das razões que determinou o tal inquérito ao INATEL?

O IMPULSO DA DGD

Para além da observação crítica (salutar) que consiste em apontar um certo desfalecimento entre a teorização excessiva e a prática desportiva, não é exagerado afirmar que a actividade da DGD foi de

No sector da política internacional o embaixador romeno expôs claramente as linhas que orientam e definem a actividade da Roménia, numa óptica unitária e com base no respeito pelos princípios da não ingerência, da vantagem mútua e da soberania nacional.

«Um dos problemas fundamentais da época contemporânea, da qual depende directamente o desanuviamento, a paz e a cooperação internacional é a liquidação do subdesenvolvimento», afirmou o embaixador romeno.

ACORDOS COMERCIAIS FOMENTAM A ECONOMIA PORTUGUESA

As relações luso-romenas, segundo o panorama traçado pelo camarada Iliescu e o adido comercial Vasile Voicu, irão desenvolver-se, prevendo-se até 1980 a comercialização de um milhão de contos em trocas comerciais. A par destes acordos, a Roménia já nos concedeu um empréstimo de dois milhões e meio de contos destinados ao fomento das indústrias petroquímica, metalomecânica e de exploração do solo.

O adido comercial referiu também que a Roménia comprará a Portugal 20 mil toneladas de folha-de-flandres e mil e quinhentas de conservas de peixe, além de cortiça e pasta para papel. Outros produtos de origem portuguesa — maquinaria para instalações portuárias e estaleiros navais — vão ser adquiridos pelo governo romeno.

A Roménia dará também o seu contributo para a Reforma Agrária e Pecuária no nosso país, inserido no Tratado de Amizade e Cooperação assinado entre os dois países que, conforme focou o camarada Marin Iliescu, abre largas perspectivas à colaboração entre Portugal e a Roménia, sempre na base dos princípios da não ingerência, vantagem mútua e direito dos povos decidirem livremente dos seus destinos.

No âmbito dos acordos que agora estão em vias de conclusão, num futuro próximo, barcos romenos virão a ser preparados em estaleiros portugueses.

INTERCÂMBIO INTERNACIONAL

No plano internacional, no que se refere às relações com os países socialistas, e sabendo-se que este é um dos aspectos mais válidos da prática desportiva, teve papel de relevo o andebol. Uma selecção de jovens entre os 17 e os 20 anos regressou recentemente da URSS, onde se deslocou a convite dos soviéticos. Segundo os responsáveis portugueses, esta deslocação foi útil sob todos os aspectos. Antes, tinha-se deslocado uma outra selecção, também a convite da União Soviética e por intermédio do INATEL, em correspondência com a selecção da URSS que havia visitado Portugal para alguns encontros a nível de seleções nacionais.

Inolvidável foi sem dúvida a digressão da equipa de ginástica, também da União Soviética, e que se exibiu em várias cidades do País.

No que respeita ao futebol, além da visita graciosa do Chermorech, de Odessa, que disputou um encontro amistoso com o Belenenses, tivemos a visita dos húngaros do Vasas, numa iniciativa conjunta da INATEL e da Intersindical. A título de competições oficiais recebemos a visita da equipa nacional da Checoslováquia e do Ujpest, da Hungria, para o jogo com o Benfica a contar para a Taça dos Campeões Europeus.

No que respeita ao intercâmbio desportivo com os países socialistas deve mencionar-se ainda, como facto significativo do ano de 1975, a participação duma equipa de ciclismo portuguesa na Volta à Bulgária, estando prevista igual participação para o ano corrente.

VITÓRIA DO POVO EM ALJUSTREL

Perante a paralisação de trabalho dos mineiros de Aljustrel, o VI Governo Provisório foi obrigado a satisfazer as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores que exigiam a nomeação da Comissão Administrativa para a Empresa Pírites Alentejanas.

Com efeito, em assembleia geral de trabalhadores realizada em 13 de Dezembro, foi decidida a paralisação de duas horas caso o Governo Provisório não respondesse, no prazo de quinze dias, concedido pelos operários, relativamente à nomeação da Comissão Administrativa.

Como tal não se verificasse a paralisação que se registou abrangeu a quase totalidade dos 800 trabalhadores — mineiros e administrativos — apenas se verificando dois «furas» — um motorista e o seu ajudante. Ao mesmo tempo, as Comissões de Moradores de Aljustrel reuniram em assembleia com um total de trezentas presenças e davam o seu apoio à luta dos mineiros.

A decisão dos trabalhadores resulta do facto de há alguns meses de luta junto das entidades governamentais, o Governo não ter nomeado qualquer administração, permitindo que o director da empresa possa cometer as mais flagrantes injustiças para com os trabalhadores. Mas a unidade dos trabalhadores dos vários sectores de actividade conseguiu a vitória.

Lénine

A

QUESTÃO AGRÁRIA

Leniniana **1** edições Avante!

Título: A Questão Agrária; Autor: V. I. Lénine; Coleção: Leniniana; N.º 1; Preço: 60\$00; Código: 12.01

MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA

K. Marx — F. Engels

aconselhado aos estudantes de HISTÓRIA e de FILOSOFIA das universidades e liceus

Compre nas livrarias ou peça à Editorial «Avante!»

Av. Santos Dumont, 57-2.º Lisboa 2

A melhor e mais completa edição do «Manifesto», a única edição crítica em língua portuguesa

Preço 30\$00

edições Avante!

BOLETIM

«Aprender, aprender, aprender sempre»

V. I. Lénine

«Todo o agitador deve dizer (aos operários e camponeses) o que é preciso saber, que brochuras, que livro eles devem ler para se tornarem comunistas»

V. I. Lénine

APRENDER.

Estas palavras de Lénine exprimem uma exigência fundamental que se põe a todos quantos, de uma forma ou de outra, estão empenhados no processo revolucionário que por fim à exploração do homem pelo homem.

Veículo da experiência adquirida e programa de acção — não se aprendem com o conhecimento da experiência do passado, mas igualmente com o que, na base da reflexão sobre ele, nos dá as perspectivas do futuro — o LIVRO é uma ferramenta indispensável para a construção do novo edifício social.

CONSTRUIR.

Aprender a construir, porque se a inevitabilidade e a necessidade da passagem do capitalismo ao socialismo são ditadas pela história, isso não significa, de modo nenhum, que o socialismo nasce de forma espontânea. Não, ele só será construído como resultado da actividade consciente das massas trabalhadoras.

CONSCIÊNCIA.

«Expriir a consciência do processo revolucionário, transmitir aquilo que é preciso saber para uma acção verdadeiramente revolucionária, eis o princípio que norteia a nossa actividade editorial».

ACÇÃO.

O leitor empenhado na acção julgara, pela contribuição que os nossos livros lhe derem na sua própria aprendizagem da construção de um mundo novo e melhor, em que medida conseguimos realizar o nosso propósito. As páginas deste Boletim estão-lhe abertas.

Pedidos à Editorial «Avante!»

Lisboa — Av. Santos Dumont, 57-2.º

Telef. 769751

Porto — R. Aviz, 26 Telef. 02-313399



O vice-ministro do Comércio Externo da União Soviética, camarada Alexei Manzhulo, à sua chegada ao aeroporto de Lisboa

DELEGAÇÃO ECONÓMICA DA URSS EM PORTUGAL

Encontra-se entre nós uma delegação económica soviética, chefiada pelo vice-ministro do Comércio Externo da URSS, Alexei Manzhulo, a fim de serem estudadas e conseguidas melhores condições comerciais, económicas e científicas entre os dois países

O vice-ministro soviético do Comércio Externo, Alexei Manzhulo, que chefiava a delegação económica da União Soviética que se deslocou ao nosso país para tomar parte nos trabalhos da Comissão Mista Soviético-Portuguesa, visita esta manhã os estaleiros da Lisnave e a fábrica de cortiça Mundet. À tarde, deslocar-se-á aos estaleiros da Setenave, em Setúbal, e à herdade «Chaminé», em Mora.

Materializando os resultados da visita do Presidente Costa Gomes a Moscovo, segundo acentuou o representante oficial soviético, à sua chegada ao aeroporto de Lisboa, na segunda-feira passada, vai ser estudada a forma de se conseguirem melhores condições comerciais, económicas e científicas entre a União Soviética e Portugal.

A delegação económica soviética foi recebida no aeroporto pelo embaixador da URSS em Lisboa, Arnold Kalinin, e pelo secretário de Estado do Comércio Externo português, dr. António Barreto, e ainda por vários representantes de diversos departamentos ministeriais.

Nos trabalhos que estão a decorrer serão examinados os problemas relativos ao acordo comercial concluído pelos dois países em Dezembro de 1974, particularmente o que diz respeito ao incremento das relações

comerciais e de cooperação económica, técnica e científica, o intercâmbio de técnicos e a eventual assinatura de contratos bilaterais de exportação e importação.

Antes de regressar, no sábado, ao seu país, o ministro soviético terá uma entrevista com o primeiro-ministro, pelas 17 horas, depois de se ter procedido à assinatura dos textos oficiais que resultarem das reuniões de trabalho efectuadas.

Entretanto, a delegação soviética começou antecorrem os seus trabalhos e o vice-ministro Alexei Manzhulo manteve contactos com o ministro e o secretário de Estado do Comércio Externo e ainda com os ministros da Agricultura e Pescas e dos Transportes e Comunicações.

A VERDADE É QUE EXPORTAMOS

Numa entrevista concedida à Agência Novosti, o embaixador português em Moscovo, dr. Mário Neves, focou alguns aspectos das relações económicas entre os dois países.

Entre outros assuntos salientou que os vinhos portugueses comprados pela União Soviética foram pagos a um preço superior aos que foram oferecidos pelos concorrentes e, mais adiante, referindo-se ao

desequilíbrio da balança de pagamentos que existe em relação a Portugal, resultante da compra de petróleo soviético e que constitui o cavaleiro de batalha do anti-comunismo que esquece deliberadamente o facto de anteriormente comprarmos petróleo a outros países que em contrapartida nada nos compravam, o dr. Mário Neves afirmou:

«Dizem-me, no entanto, e observam-me que a nossa balança está desequilibrada, gravemente desequilibrada em relação a Portugal. Eu faço apenas uma observação que me parece clara e que poderia confirmar-se mediante uma simples operação aritmética: a verdade é que nós exportamos para cá. Suponho mesmo que poderemos fechar o ano com mais de um milhão e quinhentos mil contos de exportações. E não devemos esquecer que na altura do 25 de Abril os nossos negócios com a União Soviética se cifravam em oito mil contos. Passámos, portanto, de oito mil contos para um milhão e quinhentos mil...»

PERSPECTIVAS

Referindo-se depois ao petróleo comprado à União Soviética, especificou que Portugal encontrara naquele país a possibilidade de adquirir determinados produtos, alguns dos quais eram muito difíceis de

encontrar noutros mercados, devido às circunstâncias da conjuntura, o que se passava com o petróleo.

Por último e abordando as possibilidades de comércio com a União Soviética, o dr. Mário Neves afirmou estar convencido «de que Portugal pode encontrar nos países socialistas e, nomeadamente, na União Soviética, perspectivas extraordinárias de desenvolvimento muito maior para a expansão dos nossos produtos. Basta, em grande parte, que os nossos exportadores, que as nossas organizações de exportação, possam ter em atenção a forma como devem apresentar-se aqui, a propor as suas vendas. Essas vendas têm que vir muito bem estudadas, do ponto de vista técnico, têm que vir muito bem esclarecidas sob todos os aspectos da própria produção, os preços têm que ter em atenção o que é uma concorrência muito forte, que, ainda por cima, é estimulada pelas circunstâncias da conjuntura internacional».

Frisou, a terminar, que os exportadores devem deslocar-se à URSS com a preocupação de dominar perfeitamente os assuntos do sector que vão tratar, pois encontrarão interlocutores que estão muito bem informados e que sabem desenvolver perfeitamente todos os aspectos do negócio que pretendem fazer.

ANGOLA: NEGAGE E UÍGE LIBERTADAS GRANDES VITÓRIAS DO POVO ANGOLANO

Com a reconquista de fortes posições na Frente Norte, o povo angolano e os seus representantes legítimos têm o caminho aberto para a expulsão definitiva dos agressores imperialistas que os povos e os dirigentes progressistas denunciam, desmascarando complicitades e apontando os responsáveis pela política criminoso do neocolonialismo em Angola

Negage e Uíge foram libertadas. O exército do MPLA domina a grande e rica província do Norte de Angola. Depois do Caxito, Nambuangongo, zona do Ambriz, Henrique de Carvalho e Camabatel, as FAPLA impuseram, no último fim-de-semana, pesadas derrotas aos mercenários e fantoches da UPA/FNLA-UNITA. Em Luanda, o dia-a-dia é calmo e normal.

Uma das vitórias mais significativas do MPLA e do Povo angolano é a tomada do Negage. Distantemente cerca de 40 quilómetros de Uíge (ex-Carmona) a cidade dispõe de uma forte base aérea por onde o imperialismo americano enviava armas e outro apoio militar às forças invasoras, em aviões gigantes do tipo B-52, bem conhecidos desde a guerra do Vietname. Após estes êxitos do braço armado do povo angolano, a chamada zona do café fica em poder do MPLA.

Em Cabinda, libertada pelas FAPLA, a situação é calma depois das derrotas sofridas pelas tropas zairenses e da UPA/FNLA.

Na zona centro, registou-se a libertação de Carliango, vila ao sul da Quibala, na linha Dondo-Nova Lisboa.

Em Luanda, capital da República Popular de Angola, a vida decorre sem sobresaltos. Reabriu a quase totalidade dos restaurantes e o abastecimento alimentar está praticamente regularizado. A situação social caminha a passos largos para a normalização completa.

A maior parte das empresas das zonas libertadas pelo MPLA estão em plena actividade. As escolas funcionam regularmente.

HOLDEN, MERCENÁRIO VULGAR AO SERVIÇO DO IMPERIALISMO

Entretanto, o «New York Times», jornal americano, insuspeito nestes casos e obrigatoriamente bem informado, acusava Holden Roberto, dirigente da UPA/FNLA de ser agente da CIA, desde 1961, contratado com um salário anual de 10.000 dólares (270 contos).

«Mercenário vulgar, que nunca deixou de ser ao longo destes últimos quinze anos», é como, por sua vez, o presidente da Guiné, Sekou Touré, caracteriza o chefe da UPA/FNLA, confirmando, em declarações à revista «Afrique-Asie», os contactos de Holden Roberto com a CIA, pelo menos desde o início da luta contra o colonialismo português em Angola.

«Foi na diplomacia guineense — acrescenta Sekou Touré, referindo o facto de o chefe da FNLA ter sido admitido como empregado da embaixada da Guiné em Nova Iorque, em 1959 — que Holden Roberto foi contactado por certos serviços do imperialismo. Viemo-lo a saber mais tarde. Infelizmente, muito mais tarde. A primeira vítima do mercenário Holden devia ser, cunhamo da Iria, a sua protectora desinteressada, a República da Guiné. Foi encarregado de a denegrir, de a vilipendiar nos locais onde os seus donos (os americanos) o introduziam e onde devia tentar provar que a Guiné não estava apta a assumir a sua independência.

Depois de referir o «vergonhoso trabalho» de Holden nessa época, o presidente guineense acrescenta:

«Muito habilmente, uma habilidade toda dirigida contra o MPLA em luta contra as tropas de ocupação portuguesas, a FNLA constituiu-se em 1962. Em 5 de Abril do mesmo ano, cria, em Kinshasa, o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), de que vem a ser presidente Holden Roberto. Apoiado por nós (guineenses), como já o dissémos, Holden afirmava por toda a parte que representava todos os que combatiam no interior de Angola. Temos para com a verdade — prossegue Sekou Touré — a obrigação de confessar que nós próprios fomos enganados com esta farsa. Assim com a nossa intervenção, o GRAE foi reconhecido, em Julho de 1963, pelo Comité de Libertação da OUA e Holden Roberto, considerado chefe de Estado, pôde ter assento na OUA.

O Governo de Kinshasa, sob a direcção de Mobutu — acrescenta o presidente da Guiné — apressou-se a proibir ao MPLA toda a actividade em território zairense, fechando toda a fronteira entre o Zaire e Angola. Um golpe terrível — lembra o presidente — acabava de ser dado à luta de libertação de Angola».

Autocriticando-se pelo apoio dado nessa época à UPA/FNLA, Sekou Touré refere-se mais adiante ao grupo fantoche de Jonas Savimbi afirmando: «Ninguém ignora que a UNITA foi formada para a defesa dos interesses dos colonos portugueses e sul-africanos, cujo programa era fazer de Angola um departamento português por conta do imperialismo».

E Sekou Touré pergunta: «Quantos metros quadrados de

Angola foram libertados pela UNITA? Quem quer enganar?» A propósito, o presidente da República da Guiné refere-se demoradamente nas suas declarações ao «Acordo da Ilha do Sal» entre Mobutu e Spínola para denunciar os interesses imperialistas, sobretudo no que respeita à exploração do petróleo de Cabinda, território angolano que o Zaire anexaria «prometendo firmemente deixar

sta americana não ser tão vasta como precisam. Holden Roberto não se coíbe de afirmar publicamente que «a decisão do Senado americano (proibindo o envio de armas e de dinheiro para os movimentos fantoches) nada tem de definitivo». Savimbi lamenta-se por os americanos terem sido derrotados no Vietname, o que «psicologicamente» privaria os americanos de se aventurarem a nova guerra

Angola e ao povo angolano. Recentemente, o novo Estado estabeleceu relações diplomáticas com vários países incluindo a Hungria, Jugoslávia, Gana, Laos, Burundi, e passou a dispor do apoio de outros que com ela estabelecerão relações a muito curto prazo, como é o caso da Jamaica e de países africanos que vão estar presentes na próxima reunião da OUA.

A esse apoio se refere o presidente Agostinho Neto, em entrevista recente a um jornal francês, relativamente à maioria dos países africanos que reconhecerão Angola independente e soberana.

Nessa entrevista, o dr. Agostinho Neto, depois de se declarar satisfeito com a situação política e militar, lembrou que o seu país é vítima também de uma agressão económica. «Os Estados Unidos da América e outros países imperialistas — declarou — organizam um boicote contra nós. Certas contas bancárias no estrangeiro estão congeladas. Temos pago aviões que não nos entregaram. Algumas companhias americanas, a «Gulf-Oil», por exemplo, sabotam a nossa economia petrolífera».

Numa referência ao governo português, o presidente acrescentou: «Se Portugal tivesse actuado de maneira diferente, hoje o nosso país não seria vítima de uma agressão».

Quanto à solidariedade militante dos países socialistas, o presidente Agostinho Neto lembrou que «não se podem pôr em paralelo as forças libertadoras, representadas em Angola pelos países socialistas, entre eles a URSS e Cuba, e os países africanos progressistas, e do outro lado as forças que pretendem dominar e ocupar o nosso país, como seja a República Sul-Africana».

CONTRA DÓLARES E MERCENÁRIOS

Enquanto o povo angolano dá passos muito firmes no caminho da vitória total, sobre as forças invasoras, as centrais do imperialismo movimentam-se cada vez mais no recrutamento de mercenários e na



as mãos livres a certas potências capitalistas — as que hoje atacam o MPLA e apoiam a UPA/FNLA-UNITA — e permitindo ao imperialismo e ao neocolonialismo que continuassem a explorar Angola.

SÓ HÁ UM MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA

De 10 a 12 do corrente estarão na capital da Etiópia os representantes africanos para participarem na «cimeira» da OUA sobre Angola. Referindo-se a essa importante reunião, Sekou Touré, depois de reconhecer que o único movimento de libertação de Angola é o MPLA, afirma ainda nas suas declarações à «Afrique-Asie»:

«Considerar hoje, com peso igual na balança, o MPLA de um lado, a UNITA e a FNLA do outro (os amigos e os inimigos do povo), e pretender que se ajam todos, não ajudando nenhum, é escolher objectivamente o imperialismo, o colonialismo, o fascismo, os inimigos do povo de Angola contra os amigos do povo de Angola, contra Angola e a sua independência, contra os países africanos, enfim, contra a justiça universal».

Depois de concordar com a proposta de Samora Machel, presidente de Moçambique, para a agenda de trabalhos daquela reunião da OUA, que só deveria conter uma alínea — as disposições a tomar perante a agressão contra Angola por parte das tropas sul-africanas — o presidente guineense conclui:

«Tratando-se de problemas africanos, não podemos estar do mesmo lado que Ian Smith e Vorster, os defensores do apartheid (racismo) e do imperialismo colonialista em África. Qualquer solução que os dois racistas furiosos aceitem é a priori, suspeita e forçosamente contrária ao interesse, à liberdade e à dignidade dos nossos povos.

A verdade é que — diz ainda Sekou Touré — é possível que esta luta seja longa e dura mas a África vencerá, quaisquer que sejam os meios utilizados contra ela».

AS FALSAS ESTABILIZAÇÕES E OUTRAS GENERALIZAÇÕES CONTRA O POVO ANGOLANO

Enquanto certa imprensa estaziada, em Portugal, verte lágrimas falsas pelas vítimas da luta em Angola, sem denunciar as raízes dessa guerra de agressão, ou procurando encobri-las com arrouços pseudo-humanistas e alardeando frases como «interferências estrangeiras impedem a estabilização» (estabilização que, para essa imprensa, seria Holden Roberto estabelecido no palácio do Governo em Luanda), o chefe da UPA/FNLA e o chefe da UNITA choram, por sua vez, comovidamente, por a intervenção imperiali-



de agressão e morticínio muito longe das suas fronteiras, nem um país, e muito menos Angola de nenhum modo ameaça.

A posição da URSS no conflito é conhecida. Acusando a imprensa capitalista de distorcer os acontecimentos nas suas notícias sobre a luta em Angola, a «Pravda», órgão central do PCUS, afirma:

«Qualquer conjectura sobre a intenção da União Soviética em estabelecer bases militares em Angola e sobre a alegada expansão militar soviética na África, não têm o mínimo fundamento».

Denunciando em termos vigorosos a ingerência grosseira de forças imperialistas na ex-colónia portuguesa, os nossos camaradas soviéticos afirmam que «algumas potências ocidentais e os Estados Unidos fornecem armas aos separatistas há muito tempo e que, actualmente, o volume desses fornecimentos aumenta».

A União Soviética «não procura vantagens económicas, militares ou outras em Angola, mas presta assistência a forças nacionalistas para contrabalançar agressões externas», lembra ainda a «Pravda» num editorial sobre a questão angolana.

A URSS e os outros países socialistas ao apoiarem o povo angolano contra a agressão estrangeira, não fazem mais do que respeitar a histórica declaração sobre a concessão da independência aos povos e países coloniais, aprovada há 15 anos pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

A URSS não alterou a sua linha de conduta, no que diz respeito ao apoio contra os colonialistas, sejam eles portugueses, sul-africanos ou de qualquer outra nacionalidade.

«Não temos qualquer interesse específico em Angola e nada do que ali existe nos é necessário», lembrou recentemente o camarada Zagladine, na revista «Tempos Novos».

UMA REFERÊNCIA A PORTUGAL

Entretanto, aumenta consideravelmente o apoio internacional ao MPLA, à República Popular de

SOLIDARIEDADE COM PORTUGAL

Portugal não está só na sua luta pela democracia e o socialismo. Nos mais diversos países do mundo existem «comités» de solidariedade para com a Revolução Portuguesa

Apoiar a Revolução Portuguesa, impedir o regresso possível do fascismo e defender as liberdades democráticas e as conquistas revolucionárias já alcançadas, dentro de um espírito unitário e de não ingerência nos assuntos internos dos portugueses, constituem o principal objectivo dos «comités» de solidariedade para Portugal, divulgados durante uma conferência de Imprensa promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, na passada sexta-feira.

Participaram na conferência, para além de Silas Cerqueira, do CPPC, e do capitão Silva Fernandes, do MFA, representantes de quatro «comités» de solidariedade para com o nosso país — Bélgica, Suécia, Finlândia e República Federal Alemã —, que se referiram às actividades daqueles organismos nos respectivos países, salientando que neles participam personalidades das mais diversas tendências políticas progressistas, contando mesmo, alguns deles, com a colaboração de representantes dos Governos respectivos bem

como dos principais partidos políticos.

Ao fazer uma breve resenha sobre as principais actividades do CPPC, Silas Cerqueira salientou que a mesma se tem orientado em torno de quatro grandes objectivos: segurança e cooperação europeia, descolonização (é do interesse nacional o rápido reconhecimento pelo nosso país da República Popular de Angola e do Governo constituído pelo MPLA), política externa de independência nacional e solidariedade com outros povos.

No decurso da nossa actividade — afirmou — um quinto objectivo foi surgindo: o de fomentar e desenvolver a solidariedade internacional com o povo português, tanto em países socialistas como em países capitalistas.

Recordando que existem, hoje, associações de amizade com Portugal nos mais diversos países do mundo, Silas Cerqueira lamentou o desconhecimento que a opinião pública nacional tem desse facto, tanto mais que o trabalho desenvolvido se caracteriza por um espírito unitário, reali-

zado em colaboração com o MFA, que foi e continua a ser uma força de paz, externa e internamente.

Falou em seguida o capitão Silva Fernandes que, num resumo das impressões colhidas durante a recente viagem a vários países da Europa como delegado do MFA e membro de uma missão do CPPC salientou que a solidariedade para com Portugal poderia ser muito maior se não fossem uma certa inépcia e apatia que encontrei na actuação dos nossos representantes no estrangeiro.

Intervieram depois os representantes dos «comités» de solidariedade presentes que se referiram à importância do apoio a prestar ao nosso país, até porque Portugal é o primeiro teste às disposições finais da conferência de segurança europeia de Helsínquia, e nós temos de forçar o imperialismo, isto é, os Estados Unidos, as multinacionais, a NATO, a cumprir, na prática, aquelas disposições, princípios básicos da ordem e direito internacionais.

O apoio para as realizações da Reforma Agrária foi focado com especial in-

cidência, salientando-se as campanhas promovidas pelos «comités» belga e alemão a favor das herdeiras colectivas, materializado na aquisição de maquinaria e de gado leiteiro.

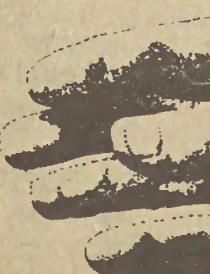
A necessidade de desenvolver nos respectivos países uma contra-informação que preencha as lacunas da informação oficial e anule as falsidades que, em regra, se escrevem sobre Portugal e o seu processo revolucionário, foi também considerada unanimemente como tarefa urgente.

O internacionalismo proletário não é uma palavra vã. Portugal não está só na sua luta pela democracia e pelo socialismo. Com ele estão os povos do mundo inteiro, todos os que aspiram por uma sociedade mais justa, sem exploração do homem pelo homem.

Visite as LIVRARIAS

Av. Santos Dumont, 57-c

R. de Aviz - 26



MCO
SOCIALISTAS
COMUNISTAS

Collecção: Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional

Preço: 40\$00 Código: 62.02

informação

O controlo das riquezas nacionais contestado pela reacção no Equador

Uma parcela importante da luta anti-imperialista que se desenvolve a nível mundial, é a batalha pelo controlo e posse das riquezas nacionais, contra todas as formas de dominação neocolonialista. Nesta batalha estão envolvidos a maior parte dos países subdesenvolvidos, mesmo quando são viciadas as hesitações dos seus governos e é difícil o tactear dos caminhos da verdadeira libertação.

Esta batalha pelo controlo e posse das riquezas nacionais, apoiada e facilitada por uma política internacional visando a independência e a igualdade de todos os países, tem sofrido ultimamente um particular impulso, mau grado a resistência tenaz do imperialismo em particular das multinacionais que operam nas zonas onde são postos em causa os seus «consagrados» direitos de rapina.

No ano que passou, a América Latina destacou-se neste movimento geral dos países subjugados contra os que pretendem manter a exploração das suas riquezas nacionais. Neste princípio de 1976, é a vez do Equador controlar uma das suas produções fundamentais — o petróleo. A Corporação de Estado para o Petróleo Equatoriano (CEPE), criada há quatro anos, deverá concretizar este ano alguns dos seus principais objectivos: o controlo total da comercialização interna dos derivados do petróleo, a exploração dos poços da península centro-oeste de Santa Elena, a conclusão da construção da refinaria na província de nordeste de Esmeraldas e o início da exploração de poços na zona Este do país.

O Equador ensaia os primeiros passos para uma nova situação económica face ao domínio das multinacionais. Estão a ser lançadas as bases para passar da situação de país exportador de petróleo bruto e importador de petróleo tratado, para o de país auto suficiente, e exportador de petróleo refinado.

Uma situação nova, que não podia deixar de desagradar profundamente aos grandes monopólios americanos e ingleses que têm explorado esta riqueza natural e a todos quanto, no Equador, vivem das sobras e dos apoios destes monopólios.

A acção sabotadora das grandes empresas internacionais caracterizou-se no fundamental, em 1975, pela ausência de reabastecimento em combustível, cuja produção e comercialização se encontra ainda em suas mãos, e por uma cerrada concorrência com a empresa de Estado na venda do petróleo bruto.

Assim, o controlo de Estado sobre a venda dos combustíveis assume uma grande importância, como forma de barrar o boicote das refinarias «Anglo» e «Gulf» — respectivamente britânica e norte-americana — as duas maiores refinarias do país.

Até à data, estes grandes monopólios estrangeiros têm utilizado a insuficiência da capacidade produtiva das refinarias nacionais e da falta de instalações para armazenamento, o que impede o país de acumular reservas — como forma de pressão.

Para tentar resolver este problema, a CEPE está a construir tanques de armazenamento em várias cidades e a aumentar a capacidade das refinarias «Anglo» e «Gulf» na península de Santa Elena.

A resistência das companhias petrolíferas que operam no Equador, face à nova situação que se está a gerar, não pode surpreender. Inserem-se na posição geralmente assumida pelos grandes potentados do capital, quando vêem lesados os seus interesses. Em 1975, a «Texaco-Gulf» e a «Anglo», obtiveram lucros da ordem dos 320 milhões e 200 mil dólares, ou seja, quase o total dos investimentos declarados pela «Texaco-Gulf». Estes números representam 80 por cento do total dos lucros obtidos pelo conjunto de todas as companhias anónimas no ano de 1974. Uma situação particularmente vantajosa, que tenderá a desaparecer.

No Equador não foram dados passos muito importantes nem decisivos num verdadeiro processo de libertação nacional. As forças de esquerda são ainda débeis e complexos os caminhos da sua unidade, ainda que se venham a registar acentuados progressos.

Mas as perspectivas que se estão a abrir são mesmo assim significativas. O governo de Rodríguez Lara sofre neste momento os ataques concertados das multinacionais e da reacção interna. Somam-se os esforços para tentar criar uma crise interna artificial. Argumenta-se mesmo com o «apoio dos comunistas» de que gozaria o actual Governo. Joga-se na apressada institucionalização de um governo civil, antes que passos no sentido do progresso do país tornem mais difícil o retorno a uma situação mais conforme aos interesses de Washington ou de Londres.

O «Paraíso» capitalista face à realidade do CAME

«No plano económico, 1975 foi o ano mais catastrófico destes últimos quatro decénios para os países capitalistas», afirma o «Pravda», órgão do partido Comunista da União Soviética, acrescentando à sua análise elementos concludentes do recrudescimento paralelo das lutas e da organização das massas trabalhadoras, que se reflectiu nomeadamente no crescente desenvolvimento dos movimentos grevistas.

Entretanto, à real situação que se está a viver no mundo capitalista, tentam opor, dirigentes e ideólogos burgueses, argumentos pouco convincentes. Não há números nem factos positivos a referir. Mas isso não obsta a que a Ford, dos EUA, e Harold Wilson, da Grã-Bretanha, Helmut Schmidt, da RFA e Takeo Miki, do Japão, prevejam nas suas mensagens de ano novo optimistas perspectivas de recuperação económica (para quem?). Ford surge à cabeça do cínico tom de optimismo institucionalizado, declarando não prever «a materialização de quaisquer problemas graves em 1976». Na aurora de 76, o mundo capitalista lança uma nuvem de tons róseas para ofuscar o negro das verdadeiras perspectivas.

Mas as afirmações gratuitas de futuros de abundância e prosperidade não bastam. Os propagandistas do mundo capitalista têm nítida consciência de que é difícil convencer alguém a considerar manjar delicioso um bocado de pão negro cada dia mais mingado. Há que caluniar a única fonte de certezas e esperanças, para os que estão fartos de promessas vazias de conteúdo. Há que convencer que se o sistema capitalista não é o paraíso, não há nada de melhor para além dele. Que a sociedade socialista se debate com os mesmos problemas da sociedade capitalista. Que a alternativa não existe.

O senão está nos números e nos factos. Se o mundo capitalista nada tem de bom a apontar no seu saldo, o

mesmo não se pode dizer da sociedade socialista. O que aliás não constitui entrave de maior para quem não está disposto a atentar em semelhantes escrúpulos. Entre a mentira e a ocultação da verdade, estende-se um vasto campo de manobra.

A ausência de greves e de inflação, a estabilidade dos preços dos produtos e dos serviços, a constante elevação do nível de vida material e social da população, que caracterizam o desenvolvimento do campo socialista no último plano quinquenal — são factos cuidadosamente ocultados pelos órgãos de «informação» capitalistas. Entretanto, o simples recurso às estatísticas, serve para demonstrar, pelo menos de uma forma quantitativa, algumas das realizações do socialismo dos anos de 71/75.

Actualmente, os países membros do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) contam com 33 por cento da produção industrial mundial, mais de 20 por cento da produção de electricidade, 30 por cento dos adubos, 20 por cento da carne e 25 por cento do açúcar e das gorduras.

No ano passado, os nove países do CAME produziram 1 300 milhares de Kilowatts/hora, extraíram 475 milhões de toneladas de petróleo e fundiram 185 milhões de toneladas de aço. No período de 1971 a 1973, foram construídas 35 milhões de habitações.

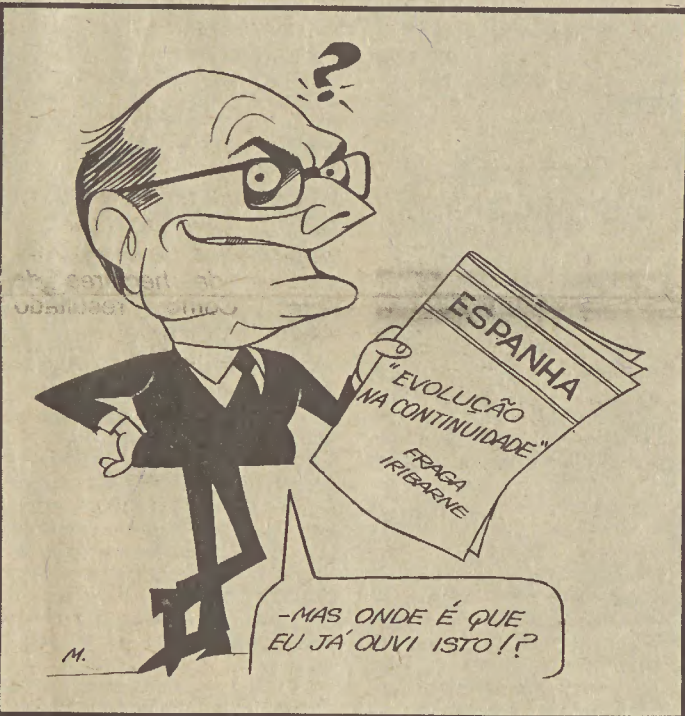
Para além do esforço constante para desenvolver as suas respectivas economias, os países do CAME dedicaram uma especial atenção à colaboração nos campos económico, científico e técnico com os países subdesenvolvidos, na base dos princípios de igualdade, de benefício mútuo, de respeito pela soberania, de não ingerência nos problemas internos e de coexistência pacífica.

Este auxíio canalizado para os sectores de base da economia dos estados do Terceiro Mundo, é efectuado com 64 países da Ásia, da África e da América Latina, onde estão em curso mais de 2 900 projectos.

Os países membros do CAME, criado há 26 anos, contam com cerca de 18,5 por cento do território mundial, 10 por cento da sua população, contribuem, no seu conjunto, com 25 por cento do produto nacional e dispõem de mais de um milhão de cientistas e de dois milhões e meio de engenheiros e técnicos altamente qualificados.

Os impressionantes resultados obtidos num curto espaço de tempo, testemunham da força obtida com a sua integração, e das vantagens do socialismo em todos os campos.

Vantagens que ao mundo capitalista não convém reconhecer, mas encobrir.



Em Espanha as promessas assentam na permanência da estrutura fascista

«Teremos um país de classes médias, mas homogéneo com o Ocidente e com os países atlânticos desenvolvidos, com um grau razoável de liberdade individual e mais liberdade democrática, mais justiça social e mais educação» afirmou o ministro espanhol de Governação, Fraga Iribarne, ao diário «New York Times» —Penso que é possível fazer tudo isto sem destruir o que quer que seja».

E acrescentou significativamente: «Em Portugal quise aplicar todos os princípios e todas as reformas. Estragaram tudo e não conseguiram nada.»

Fraga Iribarne define assim, particularmente bem, uma política que se quer apresentar como nova, mas que não pode deixar de ter o velho sabor caetanista, bem conhecido dos portugueses, da «evolução na continuidade».

Em Espanha não se fala oficialmente de socialismo. Não é necessário nem possível tentar mistificar a realidade com tão avançados conceitos, caros aos povos de todo o mundo. Mas fala-se de liberdade, de democracia, de justiça social. O «Paraíso» apontado como meta não é particularmente dourado — resume-se às liberdades condicionadas, ao agravamento das dificuldades económicas, ao espectro permanente do desemprego, oferecidos por essa desenvolvida e industrializada Europa capitalista. Mas assume já formas aliantes para um povo mergulhado no fascismo.

Mas nem a prática, nem os propósitos explícitos se coadunam com os modestos objectivos apontados. O passo entre a ditadura fascista e a democracia burguesa teria, de qualquer forma, que passar pela destruição das mais agudas formas repressivas. Isso seria um mínimo. Um mínimo que Iribarne tão pouco se propõe concretizar.

O ataque a Portugal é expressivo. É compreensível. Quem defende — mesmo que hipocritamente — uma democracia estilo francês ou alemão (RFA), não pode concordar com um processo que envolve amplas nacionalizações, reforma agrária, controle operário, multiplicação de formas de associação e decisão popular.

Iribarne, nesse ponto, é claro. Muito mais claro do que no nosso país — por razões evidentes — se especializam em baralhar ideias e caminhos, e nos falam da via capitalista (ou social-democrata o que é o mesmo) como o caminho de eleição para... o socialismo.

Uma única coisa de mais concreto ficou das promessas de Iribarne. A promessa de uma amnistia, «mas sem improvisar», sem ser «sob coacção», nunca como «resposta à propaganda comunistas».

Enfim, uma amnistiazinha, que não abra as portas das prisões a todos os antifascistas, mas que sirva de paliativo, se possível. Uma amnistia que reflectirá, independentemente das palavras, a «coacção» das massas populares, e que irá tão longe, quando for forte a sua determinação.

A promessa de Iribarne reflecte, desde já, a necessidade

de corresponder minimamente a um movimento que engloba grande número de espanhóis, e que se concretiza também numa solidária pressão internacional.

Alarga-se, por vastas regiões da Espanha, um movimento popular pró-amnistia. Em Bilbao, cerca de cinco mil pessoas manifestaram-se no centro da cidade, exigindo a amnistia para os presos políticos. A manifestação começou na igreja de Santo Antão, onde, 400 pessoas, na sua maioria antigos presos políticos e seus familiares, passaram a noite recolhendo assinaturas favoráveis a uma amnistia.

Por outro lado, várias dezenas de familiares de presos políticos encerraram-se na catedral do Bom Pastor, em San Sebastian, apoiando o pedido de amnistia para presos políticos.

Vários concelhos de cidade aprovaram petições exigindo igualmente a amnistia. Petições apoiando os direitos humanos têm sido enviados ao governo por associações de moradores, órgãos de advogados e outros órgãos profissionais.

Uma real amnistia seria um passo, ainda que pequeno, na destruição de um passado que se prolonga pelo presente. Um passo que Iribarne não deseja dar. Um passo por que o povo espanhol luta decididamente.

Um ano de derrotas dos EUA na ONU

1975 foi um ano recheado de derrotas para o imperialismo, de esforços do mundo capitalista para pôr em causa a evolução global progressista do conjunto da situação internacional.

A ONU, e em particular as derrotas aí sofridas pela política de Washington, não poderiam deixar de reflectir essa vinculada realidade.

O 30.º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas, que acaba de se concluir, foi marcado por uma sucessão de derrotas das posições assumidas pelos Estados Unidos. No decurso dos três meses que durou a Assembleia, foram aprovadas 179 resoluções referentes a 126 questões. Nas decisões com significação política, a delegação dos EUA encontrou-se geralmente em situação francamente minoritária, acompanhada por significativos parceiros, como Israel e a Nicarágua, entre outros.

Por mais de uma vez, os Estados Unidos recorreram ao direito de voto no Conselho de segurança, para impedir a adopção de medidas e resoluções contrárias aos interesses do imperialismo. Nos casos da proposta de admissão da República Democrática do Vietnam e da República do Vietnam do Sul, a delegação de Washington usou por duas vezes o seu direito de veto para impedir a entrada destes dois Estados, a despeito da recomendação favorável da Assembleia Geral.

Os Estados Unidos utilizara igualmente o seu direito de veto para impedir a condenação pelo Conselho de Segurança dos ataques aéreos de Israel contra o Líbano, ataques que causaram a morte de uma centena de pessoas, e provocaram centenas de feridos e importantes perdas materiais.

A mais estrondosa derrota da política internacional da Casa Branca na ONU, deve centrar-se entretanto na solução da questão do Médio Oriente. Assim, apesar dos desesperados esforços dos Estados Unidos para o impedir, a Assembleia reafirmou o reconhecimento internacional da Organização de Libertação da Palestina como único e legítimo representante deste povo, expulso da sua pátria e objecto de planos de exterminação maciça da parte de Israel.

A Assembleia determinou que os palestinianos devem ser convidados para todas as conferências internacionais organizadas pela ONU, que abordem o problema do Médio Oriente.

A Assembleia decidiu, igualmente, constituir um comité especial destinado a concretizar a decisão aprovada sobre os direitos nacionais dos palestinianos.

Do conjunto de medidas e resoluções tomadas destaca-se um facto particularmente importante — a 12 de Janeiro próximo, foi decidido pelo Conselho de Segurança fazer uma sessão especial destinada a abordar a problemática do Médio-Oriente no seu conjunto, nomeadamente a questão palestiniana, sessão que se realizará com a participação da Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Para além disso, pela primeira vez, e a despeito da encarniçada oposição dos EUA, a OLP participou numa reunião do Conselho de Segurança em que foi discutida a agressão israelita contra o Líbano.

A resolução aprovada por larga maioria, em que o sionismo — fomentado e encorajado por Washington — é identificado como uma forma de discriminação racial, constitui um golpe particularmente duro para a política do imperialismo americano. Golpe a que se somam muitos outros, desferidos nos mais variados campos, como o pronunciamento da Assembleia pela retirada das tropas norte-americanas da Coreia do Sul (que os estados Unidos têm até agora conseguido evitar através de diversas manobras, e o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência das Ilhas Samoa e das Ilhas Virgem, sob dominação norte-americana, e a condenação da instalação de bases militares nessas ilhas.

As resoluções aprovadas na ONU, pelo seu carácter não compulsivo, podem não ter muitas vezes os efeitos desejados. Frequentemente são possíveis toda a casta de manobras, que arrastam ou entravam durante largos períodos de tempo a sua aplicação.

São múltiplos os exemplos neste campo.

Mas a sua aprovação não é de forma alguma inóqua. Reflecte por um lado determinado equilíbrio mundial de forças. Os vetos da Casa Branca, a oposição dos países mais abertamente reaccionários, não têm alcançado o seu objectivo de impedir o acesso à Assembleia de todos os que, cada vez mais, inclinam de uma forma decisiva o conjunto das suas decisões num sentido progressista. Protelam, levantam escolhos. Nada mais.

A aprovação de medidas progressistas, para além de reflectir uma determinada realidade internacional, influencia essa realidade. Uma resolução sistematicamente violada, não pode deixar de acarretar um crescendo de dificuldades aos que não a cumprem.

Aqui, como em todos os outros domínios da política nacional e internacional, do confronto de classes aos seus diversos níveis trava-se uma batalha difícil. Uma batalha de forma alguma linear. Mas em que as forças do futuro vão conquistando progressivamente posições, cada vez mais sólidas, cada vez mais difíceis de contestar.

● «A paz e a segurança — afirmou o camarada Gierak, secretário do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco — são o bem supremo de toda a humanidade e de cada homem em particular. Por isso apreciamos particularmente as alterações verificadas em 1975 na situação internacional. O mundo deu um grande passo rumo à paz, à segurança, à política de boa vizinhança entre Estados e povos. No nosso continente, a conferência sobre segurança e cooperação terminou com sucesso. A ordem territorial e política estabelecida na sequência da vitória sobre o fascismo hitleriano está definitivamente consolidada. A perspectiva de novos progressos quanto à distensão e à detenção da corrida aos armamentos, desenha-se no horizonte».

● Israel anunciou a sua oposição a que o Conselho de Segurança das Nações Unidas seja o local para futuras negociações de paz sobre o Médio Oriente, e reafirmou a sua posição de boicotar o debate no Conselho de Segurança, em 12 de Janeiro, com a presença da Organização de Libertação da Palestina.

● Segundo os dados da CEA (Comissão Económica da ONU para a África), a parte da África na produção industrial dos países em vias de desenvolvimento constitui cerca de 7%. Os países da África independente contam com 0,6% da produção industrial mundial.

Estes números mantêm-se inalteráveis desde os anos sessenta.

Para promover a industrialização do continente está a ser encarada a hipótese de criação de um centro africano para desenvolvimento e gestão industrial, medida que seria de natureza a reforçar a independência política e económica dos países do continente.

● A inflação e a recessão económica nos Estados Unidos fazem aumentar a incerteza nos depósitos particulares e contribuem para reduzir rapidamente os investimentos privados no país. Em 1975, a crise económica provocou o aumento do défice federal, que atingiu 103,3 bilhões de dólares, anuncia o jornal «New York Times».

● Segundo dados dos jornais suíços, que fazem o balanço do ano que passou, o produto nacional bruto diminuiu, em 1975, 4 por cento em relação a 1974. O volume da produção dos principais ramos industriais — construções mecânicas, metalurgia, relojoaria, indústria têxtil — reduziu-se, atingindo os mesmos índices de 1970. O volume dos trabalhos de construção industrial e locatária acusa uma diminuição de 40 por cento.

● Segundo o jornal «New York Times», em 1975, a crise económica e o desemprego no mundo capitalista atingiram os níveis mais elevados desde o fim da guerra. No mês de Maio de 1975, o desemprego elevou-se a 9,2 por cento de toda a mão-de-obra, nível este mais alto que o de 1941, acentua o jornal americano.

● Em Inglaterra, um operário em vinte não tem trabalho. Devido à redução da produção e ao encerramento de empresas, contam-se actualmente perto de 1 250 mil desempregados entre os trabalhadores ingleses.

● Vinte cinco mil suíços acolhem o novo ano na expectativa de desemprego. Em Dezembro, 120 mil trabalhadores, que cumprem a semana de trabalho reduzida viram os seus salários diminuir em 10 por cento. Em dois anos de recessão económica, na indústria e na construção, 150 mil a 200 mil empregos foram suprimidos.

● O Brasil prepara-se para começar o ano de 1976 com severas medidas de restrição económica, depois de ter registado em 1975 uma dívida externa de 22 mil milhões de dólares, o que é um número recorde.

● Valentim Campa, velho militante comunista e dirigente ferroviário, foi designado candidato à presidência da República do México pelo XVII Congresso do Partido Comunista Mexicano. As eleições estão marcadas para 17 de Julho próximo.

● O secretário-geral do partido Socialista Portorriquenho, Juan Mari Bras, denunciou os Estados Unidos e o governo colonial por estarem a aproveitar o adiamento do debate na ONU sobre Porto Rico para aumentarem a repressão naquele país.

● O crescimento económico da América Latina, sob domínio capitalista, em 1975, foi o mais fraco registado nos últimos três anos, segundo uma informação de um alto funcionário das Nações Unidas.

● Um tribunal de Atenas condenou o ex-ditador Papadopoulos a 25 anos de cadeia. Papadopoulos já tinha sido condenado à morte por traição, mas o Governo decidiu comutar a pena.

● A Venezuela nacionalizou a sua indústria petrolífera (em quinto lugar entre as maiores do mundo) pondo termo a mais de 50 anos de domínio estrangeiro.

● O plano de economia nacional da RDA para 1976 prevê um aumento da produção de mercadorias industriais de 6 por cento. A produtividade do trabalho industrial aumentará 5,5 por cento. A produção no ramo da construção civil deve subir 6,3 por cento. O comércio externo terá um aumento de 9,7 por cento. Para a agricultura e a indústria alimentar planificou-se um crescimento de 1,4 por cento.

● Desenhado por Andrei Tupolev, fundador da indústria da aviação soviética, e por seu filho Alexei, o avião supersónico comercial soviético «TU-144» fez a sua primeira carreira mundial, numa distância de 3 000 quilómetros, à velocidade de 2 000 quilómetros horários. A União Soviética efectuou este primeiro voo com um avanço de 26 dias sobre os seus rivais anglo-franceses, construtores do «Concorde».

REUNIÃO DE CAMPONESES EM BEJA

Mais uma vez os trabalhadores agrícolas do distrito de Beja se reuniram para reafirmarem a sua disposição de defender a Reforma Agrária, uma das mais importantes conquistas alcançadas com o 25 de Abril

Se já no ano passado se conseguiu um aumento da 7 por cento na área semeada em relação ao ano de 1973/74, se o aumento na produção de trigo foi de mais de 23 por cento, torna-se impossível descrever o que poderá ser o aumento do ano em curso se as condições climáticas forem idênticas — salienta um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja intitulado «A Reforma Agrária está em perigo».

E prossegue o comunicado, que destaca os factos positivos ocorridos no Alentejo, depois que terminou a exploração dos grandes latifundiários.

Há herdades em que a área semeada ultrapassa os 20 e os 30 por cento, e sabemos já que, por exemplo, no concelho de Castro Verde, para além do aumento no trigo a quantidade de cevada distica semeada é superior em mais de um milhão de quilos.

Esclarecendo, mais adiante, quais as razões por que a Reforma Agrária está ameaçada o comunicado acrescenta:

Ouvimos o sub-secretário de Estado, eng.^o Espada, dizer-nos no passado dia 29 de Dezembro que o Ministério entende por «ocupações selvagens» não as ocupações de terras dos pequenos agricultores, o que é evidente porque não há e se assim fosse seríamos nós os primeiros a reivindicar a sua imediata restituição, mas sim todas as ocupações levadas a cabo pelos trabalhadores sem que o sr. ministro tenha dito: ocupem-nas! Se assim for não merece a pena o sr. ministro fazer comissões de análise. É melhor dizer simplesmente: «a terra aos latifundiários».

PLENÁRIO EM BEJA

Entretanto, no passado dia 6, realizou-se na cidade de Beja, no pavilhão Estádio, um plenário organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas daquele distrito e que reuniu perto de três mil trabalhadores rurais.

No decorrer da reunião em que estiveram presentes as comissões de trabalhadores das herdades controladas, as comissões directivas das unidades produtivas já formadas, as comissões sindicais das freguesias e cerca de 14 delegações sindicais foram abordados os seguintes pontos: situação política actual e medidas a adoptar; dificuldades das herdades colectivizadas e organização sindical.

No plenário dos trabalhadores agrícolas estiveram como convidados o representante do comandante da Região Militar do Sul, o governador civil de Beja e os comandantes da RAB, da BA-11 da GNR e da PSP e ainda membros da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, bem como da CRARA e representantes de alguns sindicatos de trabalhadores agrícolas, nomeadamente os de Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém.

Tanto o representante do brigadeiro Pezarat Correia como o governador civil de Beja usaram da palavra, manifestando o seu apoio à Reforma Agrária e incentivando os trabalhadores agrícolas a continuarem na sua luta pela emancipação.

MOÇÕES APROVADAS

No decorrer dos trabalhos foram aprovadas várias moções por esmagadora maioria, sendo de salientar a que decide que se redobrem os esforços, por parte de todos os trabalhadores agrícolas, no sentido de ajudarem os pequenos e médios agricultores de uma forma efectiva e prática como seja, por a maquinaria das herdades ao



seu serviço, sempre que estes o solicitem: prestação gratuita de serviços como transportes para carregamento de azeitonas, adubos, sementes, etc.; ajuda no escoamento de produtos.

As medidas de austeridade do VI Governo Provisório foram um dos assuntos repudiados pelos trabalhadores que também manifestaram o seu protesto veemente pela prisão dos militares detidos em 25 de Novembro bem como o repúdio pelos crimes praticados no dia 1 de Janeiro deste ano, em Custódia.

O plenário, onde estiveram presentes milhares de trabalhadores das mais variadas herdades colectivas e cooperativas constituiu mais uma afirmação de que o proletariado rural alentejano não está disposto a ser sacrificado novamente em benefício dos grandes latifundiários e que lutará até ao fim pela sua independência.

BOICOTE

Mas prossegue o comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja:

Por que razão os produtos entregues nos organismos não são pagos a tempo e horas obrigando os trabalhadores e pequenos agricultores a recorrer ao crédito a 6,5 por cento quando não recebem qualquer juro pelo dinheiro dos produtos entregues?

Isto é um boicote nítido à economia das herdades e um roubo a todo o Povo Português, já que este sistema irá elevar o custo de produção em mais 6,5 por cento.

Mas não é apenas no não pagamento de produtos que o aumento dos 6,5 por cento se faz sentir, pois com a Previdência acontece o mesmo. Os operários agrícolas pagam neste momento 30 por cento ao Governo para uma Previdência que não têm, pois para além de uma assistência médica quase inexistente as reformas e subsídios são insignificantes. Assim os operários agrícolas pagam 6,5 por cento sobre o salário, 17 por cento do fruto do seu trabalho e mais 6,5 por cento de juros do dinheiro que

levantam para responder às exigências da Caixa.

Tudo isto agravará irremediavelmente o custo de produção e é mais que evidente que será um pretexto para os senhores governantes afirmarem amanhã que a grande culpa é dos trabalhadores agrícolas que tomaram conta das terras, mas não têm capacidade de administração e, desta forma, tentarão levantar o Povo Português contra o processo da Reforma Agrária.

FALTA DE CRÉDITOS

E diz ainda o comunicado: A falta de créditos para investimentos é outra ameaça para o êxito da Reforma Agrária.

Com efeito, é-nos impossível transformar a atrasada agricultura dos grandes agrários numa agricultura moderna, progressiva e capaz de satisfazer as necessidades de consumo do Povo Português, se não nos forem concedidos os meios financeiros indispensáveis para essa transformação.

Os nossos índices de produção, que são dos mais baixos do mundo, mostram bem a necessidade de transformar profundamente os métodos de cultura extensiva utilizada pelos grandes agrários.

Para estes a necessidade de investir na agricultura nunca se fez sentir, pois que, embora o rendimento por hectare fosse muito baixo, o número de hectares de que cada um deles dispunha e os salários de miséria que nos pagavam, permitia-lhes ter rendimentos fabulosos que, sistematicamente, retiravam para outros sectores, descapitalizando o sector agrícola. Apesar disso ainda se serviam abusivamente do crédito facilitado pelas instituições bancárias e disso são prova os milhões de contos em dívida aos Bancos, à Caixa Geral de Depósitos e demais instituições, enfim ao Povo Português. Milhões de contos que, também neste caso, não foram aplicados na agricultura.

Nós não pretendemos prosseguir o caminho trilhado pelos grandes agrários, nós não pretendemos o bem-estar individual com o sacrifício geral do Povo Português, nós queremos que se deixem de importar, todos os anos, milhões de contos em produtos agrícolas, nós queremos que os índices de produção aumentem e os custos da mesma diminuam por forma a dar ao Povo Português aquilo que necessita a preços justos e acabar definitivamente com a miséria e a fome de que temos sido vítimas.

Mas, o investimento na agricultura não representa apenas aumento de produção agrícola, representa também o despertar de todos os sectores hoje em crise, nomeadamente construção civil, metalurgia e indústrias de transformação ligadas ao sector agrícola.

Para aproveitar os pequenos regadios existentes e que se encontram votados ao abandono por falta de pequenas barragens, para construir os estábulos e pavilhões de engorda que permitam a produção intensiva de carne, nomeadamente porco e frango, para a construção de estufas que permitam intensificar a produção hortícola, etc., são necessários muitos materiais de construção civil e metalomecânica e o número de desempregados que a realização destas obras pode absorver é incalculável.

Já não nos referimos aos grandes investimentos que são imprescindíveis mas cujos efeitos só se farão sentir a longo prazo como é o caso da barragem do Alqueva. Os investimentos a que nos referimos, são aqueles que se podem começar a realizar no imediato e cujos efeitos se farão sentir a muito curto prazo.

Mas tudo isto se torna impossível realizar sem os respectivos financiamentos, e não é apenas com os tostões contados para os baixos salários que estamos a receber, e com o crédito para aquisição de algumas máquinas, que nos trabalhadores dos campos podemos vencer as duras dificuldades que enfrentamos. No entanto, é preciso vencer, a Reforma Agrária não pode voltar para trás.

colá, pois que o ex-proprietário só lá deixou um tractor velho, possivelmente por não ter tempo de o levar também. Valeu-lhes a solidariedade dos trabalhadores de outras herdades colectivas que, na altura de fazer as sementeiras, lhes emprestaram as máquinas necessárias. O Centro de Apoio à Reforma Agrária também lhes concedeu um empréstimo de 100 contos para as primeiras despesas, estando agora finalmente a receberem ajuda do Crédito à Agricultura.

Situada em S. Cristóvão, Alcácer do Sal, já a confinar com o conselho de Montemor, a Cooperativa Agrícola Liberdade é composta por mais de 1600 hectares de terra, incluindo olival, laranjal, barragem própria e terras destinadas ao cultivo de trigo. Aquando da ocupação pelos trabalhadores — apoiada pelo IRA — o primeiro objectivo foi salvar o laranjal, onde mais de 900 árvores de fruto se encontravam a morrer por falta de rega.

Depois surgiram os problemas, ao pretender-se trabalhar a terra e não dispor de uma única alfaia agri-

O PEQUENO AGRICULTOR E A HERDADE COLECTIVA

Na vida de um trabalhador alentejano há sempre uma história por contar. Pouco importa se fala da infância ou da velhice; tem certamente um sabor a terra e traduz sem qualquer dúvida confiança no futuro.

Como a história do Tio Santa Luzia, contada com a simplicidade comovente de um camarada de labuta.

António Santa Luzia, pequeno rendeiro, dono de um curralito de meio hectare, era também proprietário de um macho, uma vaca, um bezerro e quarenta sacos de cevada. Com cerca de sessenta anos de idade, quase cinquenta debaixo de trabalho e de fascismo — esta a sua vida pequenina.

Os 48 anos de ditadura passaram na freguesia de Pias — prisão no corpo dos trabalhadores, dias de fome na casa dos camponeses enquanto nas despesas das casas dos lavradores, muitas vezes, deixavam apodrecer carne e outros alimentos, no tempo da Segunda Guerra Mundial. Anos de grande fome esses, em que os rurais não ouviram o troar dos canhões, mas escutavam o choro miudinho das crianças desprotegidas pelas jornas de miséria dos seus pais. Tudo isto viveu Tio Santa Luzia e sua companheira, misturando a sua esperança na mesma açorda pobre da mesa dos trabalhadores.

O 25 de Abril apanhou-o já velho e desconfiado. A Reforma Agrária surgiu-lhe como uma lebre nova à frente de um galgo e fora do alcance da sua espingarda. E a corrida durou semanas, durou meses. Tudo lhe parecia confuso: manifestações de trabalhadores a caminho de Beja, Chico Miguel no comício com Álvaro Cunhal em Balcão e assembleias populares em Pias, Vale Vargo e Serpa. «É agora que vão

roubar as terras aos pequenos agricultores!» — ouviu algumas vezes. Vozes de políticos de que nunca ouvira falar insistiram aos ouvidos do velho camponês, mesmo na altura em que se formou a Cooperativa 1.º de Maio, na sua freguesia. Cooperativa de pequenos agricultores, em que os trabalhadores das terras expropriadas cederam mais de 300 hectares para o conjunto de cerca de 1100 hectares.

Tio Santa Luzia naturalmente pensou muito no que ouviu e viu nos últimos meses. Decidiu. Entregou os seus haveres à herdade colectiva dos Alpendres. E tornou-se assim trabalhador rural da Reforma Agrária.

E, hoje, quando se fala no problema dos pequenos agricultores em Pias, o velho camponês saberá responder de que lado está a força do seu sindicato, como funciona a comissão de trabalhadores da herdade e o que é a comissão directiva das herdades da freguesia de Pias. E poderá mostrar a herdade dos Alpendres, com cerca de 900 ha, semeada pelas pontas, com seis mil quilos de trigo e outra tanta quantidade de cevada e mais outra tanta de aveia, com excepção da cerca do gado bravo.

Com pequenos e médios agricultores, com trabalhadores rurais e com todos os trabalhadores que lutam na defesa das suas conquistas revolucionárias, a Reforma Agrária vai para afrente. Dizem-no os trabalhadores, dizem-no os números e a terra cultivada. Só não o dizem os seus inimigos e aqueles que, por uma ou outra razão, neguem que com a Reforma Agrária os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores estão contribuindo decisivamente para os interesses do nosso povo.

O «SECRETARIADO DE RIO MAIOR» NÃO COUBE EM SANTIAGO DO CACÉM...

Em Santiago do Cacém a manifestação de pequenos e médios agricultores, convocada pela reacção, tornou-se uma grande jornada popular de afirmação da aliança operário-camponesa e de defesa da Reforma Agrária

No dia 3 de Janeiro, o Largo da Casa do Povo de Santiago do Cacém excedia os mais optimistas prognósticos do «Secretariado de Rio Maior». Cerca de 10 000 pequenos e médios agricultores, rendeiros, seareiros e trabalhadores agrícolas das cooperativas dos concelhos de Setúbal, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Ferreira do Alentejo encontravam-se presentes.

Eno entanto os agrários e o respectivo «Secretariado de Rio Maior» encontravam-se inquietos. Algo lhes saíra errado nas contas. Mas o quê? A «reunião de agricultores» convocada pelo «Secretariado de Rio Maior», para o raiair do ano novo, fora amplamente divulgada em concelhos, aldeias e lugares próximos de Santiago do Cacém. Paralelamente, e não por mera coincidência, o CDS e o MDLP deram uma mãozinha, distribuindo profusamente comunicados em que se não poupavam calúnias aos operários agrícolas. E apesar de toda esta mobilização, mal grado a presença de 10 000 pessoas na reunião convocada pelo «Secretariado de Rio Maior», os seus elementos e os aliados locais, grandes e conhecidos agrários, ficaram tanto mais hesitantes quanto mais o tempo passava e a multidão pacientemente ia aguardando a prometida «reunião de agricultores» em que iriam ouvir falar dos «seus interesses».

É que acontecera algo inesperado para a reacção, em vésperas da sua «reunião de agricultores». No dia 31 de Dezembro, representantes das Unidades Colectivas de Produção do Distrito de Setúbal, do concelho de Ferreira do Alentejo, também convocados para a «reunião de agricultores» e representantes dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas dos distritos alentejanos reunem-se e publicam, em conjunto, um comunicado, desmascarando os intentos provocatórios da guarda-avançada da reacção nos campos que se denomina «Secretariado de Rio Maior», e decidem mobilizar todas as Unidades Colectivas de Produção dos concelhos convocados para a dita «reunião de agricultores».

«Finalidade da mobilização dos trabalhadores —

diz-nos a Comissão Representativa das U.C.P. do Distrito de Setúbal e a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores — única e exclusivamente assistir à dita reunião porque rambém eles são agricultores, e desmascarar as posições incorrectas, desonestas e caluniadoras.»

Este o factor que fazia titubear o «Secretariado de Rio Maior» e os seus aliados. Interessada em separar os agricultores dos trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção, incapaz de distinguir uns de outros, apenas vendo à sua frente uma massa homogênea de rostos fustigados pelo trabalho e pelas dificuldades, nem por isso a reacção iludida, deixou de embarcar no cálculo de que operários e camponeses são camadas antagónicas em terras do Alentejo. E de erro em erro, o «Secretariado de Rio Maior» avaliou desastrosamente — para si — as forças militares e militarizadas do Alentejo. Transplantando «intervirem», se recusaram a dispersar os trabalhadores porque estes se encontravam, afinal, esperando calmamente a «reunião» onde iriam ouvir falar dos interesses dos agricultores.

Apesar de toda a expectativa dos presentes o «Secretariado de Rio Maior» e os grandes agrários locais entenderam que aquela não era a multidão que lhes interessava. Os pequenos e médios agricultores estavam lá. Mas estavam lado a lado com os trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção.

Daí que o «Secretariado de Rio Maior» tenha resolvido abandonar o largo e procurar outro local na esperança vã de aí efectuar a «reunião de agricultores». Só que os agricultores manteram-se junto à Casa do Povo e o «Secretariado de Rio Maior» desistiu dos seus intentos, tendo os grandes agrários locais regressado frustradamente, a suas casas. O «Secretariado de Rio Maior» não coube, de facto, em terras do Alentejo.

Mas chegou-se a efectuar uma reunião de agricultores. Esta, sim, representativa dos seus interesses. Representantes dos pequenos e médios agricultores, das Unidades Colectivas de Produção, esperou apoios que se não verificaram. Daí a sua amarga decepção quando os militares do RIS e elementos da GNR, chamados pelos agrários para

Produção e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas usaram da palavra, denunciando os grandes agrários e suas manobras. Os trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção pediram aos pequenos e médios agricultores que se sentissem lesados nos seus interesses que apresentassem o seu caso. Os trabalhadores estão dispostos, sinceramente, a corrigir situações de injustiças se as houver.

Nenhum caso foi apresentado e a reunião terminou com a aprovação de uma moção a enviar ao Ministro da Agricultura, cujo teor é o seguinte:

«Camponeses, pequenos e médios agricultores e membros das cooperativas agrícolas de produção, reunidos junto da Casa do Povo de Santiago do Cacém aprovaram enviar a V.ª Ex.ª a seguinte moção:

A Reforma Agrária é uma conquista da revolução portuguesa, dos camponeses, das forças progressistas e do MFA, ela tem sido levada a efeito de acordo com a lei e pelos organismos competentes (CRRA) formados pelo Estado.

A reacção procura pôr em causa a Reforma Agrária, tentando que os latifundiários e parasitas voltem à posse dos anteriores privilégios. Não permitiremos que isso aconteça.

Solicitamos a V. Ex.ª a garantia da lei na aplicação da Reforma Agrária e do seu desenvolvimento, pondo fim às provocações da reacção.

Operários e camponeses unidos vencerão! foi um grito que exprime a certeza a extrair dos acontecimentos do passado dia 3 de Janeiro em Santiago do Cacém. Onde os operários agrícolas e os camponeses fazem um único corpo farto das amarras da exploração, somam uma única vontade de paz, trabalho e pão, as forças contra-revolucionárias são batidas e com estas derrotas fortalece-se o processo revolucionário. Tornar de norte a sul do país, os operários e camponeses um mesmo corpo, uma mesma vontade, empenhados no avanço da Reforma Agrária, conquista essencial da Revolução, é defender a própria Revolução, é caminhar para o futuro com passos seguros da vitória final.

AJUDAR O ALENTEJO NA APANHA DA AZEITONA

No último plenário dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja foi decidido por unanimidade que o próximo domingo será um dia normal de trabalho nos concelhos de Moura e Serpa, precisamente para serem satisfeitas as necessidades que se fazem sentir, nomeadamente no que diz respeito à apanha da azeitona, que este ano representa uma grande safra.

Assim, os trabalhadores agrícolas decidiram sacrificar o seu dia de descanso para apanharem a apanha da azeitona, contrariando as informações tendenciosas que têm sido dadas na televisão, por elementos do Governo Provisório, de que este ano o azeite subiria a preços astronómicos. Chegou-se mesmo a falar em duzentos e trezentos escudos.

Os trabalhadores agrícolas alentejanos, que nunca temeram o trabalho, aceitam de bom grado toda a colaboração dos trabalhadores da cidade que queiram participar também na apanha da azeitona ajudando assim a suprir a falta de mão-de-obra que hoje, pela primeira vez, se faz sentir no Alentejo.

Quem estiver interessado em participar, no próximo domingo, numa jornada de apanha de azeitona no Alentejo deve contactar o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja no Largo do Castelo — Telefones 24299 ou 23823 — para saber quais as herdades colectivas para onde se dirigir.

Entretanto, no passado fim-de-semana realizou-se mais uma jornada de trabalho sob a iniciativa da Comissão de Freguesia do PCP de Moscavide. Cerca de 120 pessoas deslocaram-se à Cooperativa de Sobral d'Adiga, onde trabalhadores da cidade confraternizaram com os heróicos camponeses do Alentejo, trabalhando com eles na apanha da azeitona.

Ao serão, um grupo de jovens da UEC de Moscavide representou duas pequenas peças de teatro.

E a jornada de trabalho e de convívio terminou com uma pequena intervenção de uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, que exaltou os laços de amizade entre os trabalhadores da cidade e do campo, e sublinhou a necessidade de mais iniciativas deste género.

A FORÇA DA UNIDADE

Na Cooperativa Agrícola Liberdade, como em muitas outras, os operários da indústria dão as mãos aos trabalhadores do campo e constroem juntos a reforma agrária

Cá a gente só arreda daqui se matarem a gente... ou levarem a gente de rojo, doutra maneira não saímos, venha lá quem vier... — palavras de um trabalhador da Cooperativa Agrícola Liberdade, expressão simples mas elucidativa da firme disposição dos trabalhadores rurais alentejanos de defenderem com o seu sangue, se necessário, as conquistas já alcançadas na Reforma Agrária.

Anima-os a certeza da razão que lhes assiste; as duras provações sofridas ao longo de muitos anos de miséria e fome e, sobretudo, a certeza de que não estão sozinhos. Como o testemunharam dezenas de camaradas da Cova da Piedade que, empenhados em apoiar activamente a Reforma Agrária e os seus heróicos iniciadores, sem temor

ao frio e ao cansaço, aproveitaram os dias de descanso do fim de ano e foram até à Cooperativa Agrícola Liberdade ajudar na apanha da azeitona.

Mais importante que o trabalho em si, ainda que as ajudas venham sempre a calhar, é o estreitar dos laços de amizade entre trabalhadores da cidade e do campo, entre operários e camponeses; é a troca de experiências vividas; é um rasgar de horizontes em busca do futuro comum que trará a marca das mãos proletárias que o constroem.

A compreensão dos problemas que afectam os trabalhadores agrícolas e as soluções encontradas para os resolverem ajudam também a entender o que é na realidade a dedicação sem limites e a solidariedade dos pobres.